

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

ETHEILA SANTOS DE OLIVEIRA

**APÓS O ÚLTIMO SUSPIRO:
ENSAIO DE UMA POSSÍVEL NARRATIVA MUSEOLÓGICA
SOBRE A MORTE EM GOIÂNIA**

**GOIÂNIA,
JULHO DE 2018**

ETHEILA SANTOS DE OLIVEIRA

**APÓS O ÚLTIMO SUSPIRO:
ENSAIO DE UMA POSSÍVEL NARRATIVA MUSEOLÓGICA
SOBRE A MORTE EM GOIÂNIA**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Rildo Bento de Souza.

GOIÂNIA,
JULHO DE 2018

ETHEILA SANTOS DE OLIVEIRA

**APÓS O ÚLTIMO SUSPIRO:
ENSAIO DE UMA POSSÍVEL NARRATIVA MUSEOLÓGICA
SOBRE A MORTE EM GOIÂNIA**

Monografia defendida no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovada em ____ de Julho de 2018, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rildo Bento de Souza
Universidade Federal de Goiás – UFG (Presidente)

Prof. Dra. Ivanilda Aparecida de Andrade Junqueira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista
Universidade Federal de Goiás – UFG

Dedico este trabalho ao meu filho, Enzo.
Com a esperança de que, nos seus tempos de juventude,
esta realidade tenha mudado.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos meus professores e professoras que contribuíram para minha formação acadêmica e para meu desenvolvimento no fazer científico no qual corroborou para meu crescimento pessoal através dos inúmeros debates em sala de aula fortalecendo nossas identidades. Em especial ao professor Jean Baptista e ao meu (des)orientador Rildo Bento de Souza. Aos meus amigos que me ajudaram na formulação desta narrativa e estão em muitas partes deste texto, através das nossas conversas nos bares próximos da Universidade no Campus Samambaia. Estas pessoas fazem parte da minha história e da minha vida e conseqüentemente de quem eu sou. E com enorme carinho ao meu filho Enzo que ainda tão novo me ajuda a entender a vida e a mim mesma.

Desejo a todos e a todas uma “Boa Morte”.

RESUMO

Este ensaio é uma narrativa museológica sobre a morte a partir da criação de Goiânia, que foi pensada para ser moderna e planejada com os ideais higienistas da década de 1930. No entanto, o que é percebido através da sua historicidade são as políticas de segregação como controle e organização sócio-espacial. Para tal, será abordados como pontos principais a morte, os mortos e os que são escolhidos para morrer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
PRIMEIRO CAPÍTULO: HÁ VIDA NO CORPO	13
1.1- Goiânia, uma sociedade saudável rumo ao desenvolvimento moderno: políticas sanitárias e isolamento aos doentes	17
1.2- A cidade moderna consolida suas formas: o esquecimento por meio da pedra e cal ou os espaços esquecidos da morte	24
SEGUNDO CAPÍTULO: O CORPO SEM ALMA	31
2.1- O mercado da morte: o preço para morrer	34
2.2- As construções dos lugares para os mortos	39
2.3- Cemitério Vale das Paz: onde os pobres goianienses descansam por três anos	46
APONTAMENTOS FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

*“When you're lying in your sleep, when you're lying in your bed
And you wake from your dreams to go dancing with the dead”¹*

Iron Maiden, álbum “Death on the Road’ de 2006.

INTRODUÇÃO

¹ “Quando você está deitado em seu sono, quando você está deitado em sua cama
E você acorda de seus sonhos para ir dançar com os mortos”

A construção do sujeito como auto-reconhecimento identitário é subjetiva. A formação da identidade passa tanto pelo individual quanto pelo coletivo, tanto pela afirmação quanto pela negação. Somos condicionados a nos portar de acordo com as normas estabelecidas aos grupos que pertencemos, seja étnico, social, profissional, religioso... Nossas atitudes perante a vida são reflexos das identidades que escolhemos e/ou que somos condicionados a ser – consciente ou inconscientemente perante a realidade que nos cerca.

O tratamento social perante a morte, os mortos, os locais e momentos destinados aos que jazem, são reflexos do desenvolvimento histórico, sociocultural e econômico do mundo dos vivos. Nas sociedades primitivas, por exemplo, a morte era considerada um “fenômeno não natural” causado por acidentes, bruxarias, etc. (CHIAVENATO, 1998, p. 13). No Egito antigo, negava-se a existência da morte e aos que morriam eram atribuídos valores espirituais no qual o morto estaria repousando aguardando sua volta, no entanto, os inimigos morriam. Em outras sociedades como a China, cultuavam-se seus antepassados e os mortos continuavam a fazer parte da sociedade, pois lhe eram atribuídos deveres de proteção aos seus descendentes.

Na segunda metade do século XIX, as famílias tradicionais pertencentes à burguesia construíram túmulos monumentais pautados nos laços familiares e nas identidades criadas por eles como inclusão social; ainda no início do século XX, era habito fotografar os mortos como se estivessem vivos e junto aos vivos para perpetuar os laços afetivos da memória, neste mesmo século é atribuído o individualismo às sepulturas - os túmulos passaram a ser personalizados, deixando visíveis aos vivos a dinâmica das relações sociais na construção do processo histórico das sociedades.

Anteriormente, os epitáfios eram idealizados pelos parentes mais próximos do morto, no decorrer das décadas este costume modificou e agora é comum uma pessoa preparar suas inscrições para a hora da morte numa tentativa de afirmação identitária após sua partida, como em Goiás, nos casos da poetiza Cora Coralina² e do político Pedro Ludovico Teixeira³.

A morte é parte da vida. A médica britânica Kathryn Mannix, especialista em cuidados paliativos, em 2017, escreveu o livro *With the End in Mind: Dying, Death, and Wisdom in an Age of Denial* ("Com o fim em mente: morrer, morte e sabedoria na era da

² “Não morre aquele que deixou na terra a melodia de seu cântico na música de seus versos”.

³ “Um homem que fez tudo para o progresso de Goiás construindo Goiânia”.

negação"), conceituando a morte como processo natural e afirma que a morte não é tão ruim como se pensa. A morte é vista como tabu no qual é reservada aos enfermos a desinformação perante a sua realidade. Todos os que estão a sua volta deixam de falar sobre a questão acreditando que é melhor assim, preservando-o dos últimos momentos. A doutora compara a morte como um sono profundo no qual não há dor para quem está prestes ao fim e o som do último suspiro é na verdade o relaxamento do corpo.

Tanto na educação formal como a informal não se fala da morte. Crianças não vão a velórios como forma de preservação da consciência do findo. Assemelha-se ao sexo. Se não falamos dele para uma criança ela não irá fazê-lo; não terá a curiosidade sobre seu próprio corpo. Assim é com a morte, o corpo morto. “Só sabemos sobre a morte o que aprendemos na vida, ou seja, é preciso viver para entender a morte. Quanto mais rica for a experiência da vida, mais saberemos. E, quanto mais soubermos sobre a morte, melhor entenderemos a vida.” (CHIAVENATO, 1939. p.86)

Estamos no século XXI e continuamos a sentir a morte. Ainda temos medo dos mortos e os ritos que os cercam. A morte chega, sempre chega. É um fato incontestável. Mas quando nos é tirado a vida? E quando não temos a escolha da vida e de viver?

Neste ensaio de narrativa museológica pretendo pensar o passado pontuando os rastros deixados e escondidos no presente pelas políticas de segregação dos nossos governantes que exterminaram (por séculos) e exterminam os indivíduos e coletivos que não fazem parte da estrutura normatizada da sociedade. No percurso histórico, desde o século XVI com o Governo da Província, posteriormente com a chegada dos bandeirantes no sertão goiano a criação de Goiânia é passível a constatação dos agentes sociais escolhidos para a morte e os eleitos a vida. Este fenômeno legitima a criação de “mundos de morte” configurando, nas palavras de Achille Mbembe (2016, p. 146), “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”, nomeada por de necropolítica.

Para tal, delimitei meu campo de pesquisa na cidade de Goiânia - Capital que foi construída para ser um marco nacional de desenvolvimento moderno e progressista.

O conhecimento museológico ocupa-se da realidade e da história, aí compreendido um conhecimento não apenas racional e sistemático, mas também prático, no qual a prática e a razão se constroem num processo de interdependência, reciprocidade, conexão e coerência. (ICOM, 1983, p. 129).

Para a elaboração dos apontamentos que serão expostos, tomei como base o esquema desenvolvido por Waldisa Rússio (1983) do “fato museal”. Para a autora, o fato museal ou fato museológico é a “relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor – e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir”. Dentro dessa concepção, esta relação acontece dentro de um cenário específico – o museu que é institucionalizado.

Para este trabalho, tomo como objeto a morte e o homem (indivíduo e/ou sociedade) como agente conhecedor deste fato no qual tem a possibilidade de atuar e agir. Continuo com o cenário, não em um museu, mas na cidade que fora planejada por ideais ilusórias e em sua narrativa histórica inventada, melhor dizendo, mascarada e recortada, com isso, criaram-se palcos, verdadeiros lugares malditos de morte que fazem parte da memória coletiva dos goianienses e dos goianos.

Pego também como empréstimo o termo “ensaio” para o título deste trabalho, pois, dentro dos estudos museológicos o posicionamento das pesquisas estão concentradas nas estruturas do patrimônio cultural, natural e científico, nos museus e instituições com vocação museológica, na memória e os estudos no campo da gestão e legislações que regem estas instituições, mas também há produções acadêmicas correlacionando museus e cemitérios pelas aproximações teóricas e/ou práticas. Desta forma, vejo que os apontamentos apresentados aqui vão além das metodologias aplicadas aos estudos destes campos. Com isso, vejo a produção do “ensaio” configurado numa pergunta: Como se pensar a morte, os mortos e os que são escolhidos para morrer dentro de uma cidade utilizando uma narrativa museológica?

Para tal resposta, burlo as regras do ‘ensaio acadêmico’ para a construção do discurso, dialogando com autores de produções acadêmicas que tratam da morte e os ritos destinados aos que jazem e pensadores da história sobre Goiânia; textos técnicos científicos de construções de cemitérios e monitoramento dos lençóis freáticos dentro da malha urbana em campos santos – conseqüentemente o descaso do poder público com essas áreas. As Leis e decretos municipais e nacionais relacionados ao tema. Para pensar a contemporaneidade recorri às buscas na internet; reportagens, vídeos, notícias, etc.

A priori, minha maior dificuldade foi com a delimitação do tema – este tão diverso e impactante. Neste campo há várias possibilidades de narrativas, como exemplo, os ritos fúnebres que fazem parte da construção do sujeito atribuindo-lhe identidades, costumes, modo de ver a vida e a morte – legitimados como Patrimônio Cultural de uma sociedade. A cultura material, a meu ver, muito atrativo e como tal,

importante para se pensar as sociedades, suas relações e resignificações; como o uso dos objetos ritualísticos no qual muitos deles transformam-se em agentes portadores de sentidos, como as velas, os cruzeiros nos cemitérios às sepulturas que são narrativas das identidades individuais e familiares passíveis como todos os ritos que circundam esse tema nas reflexões das formações culturais de grupos e indivíduos, em contextos e tempos diferentes.

Para o uso da metodologia de pesquisa no discurso museológico, é necessário buscar conceitos e idéias dos diversos campos do conhecimento, mas a cima de tudo, a Museologia deve exercer sua função de agente provocador. Provocar sentidos, anseios, memória. São atribuídos aos profissionais da memória criar mecanismos que fomentam o desenvolvimento social e a potencialização dos seres humanos para o exercício da cidadania que lhes é de direito, mesmo existindo as políticas de exclusão que assolam os dias atuais enraizados no decorrer da história.

Dividi esta narrativa, em duas partes: “Há vida no corpo” – apontamentos dos primeiros anos de construção da Capital aos dias atuais e as políticas de segregação legitimadas para a organização e controle social numa cidade criada para ser higienizada e moderna e “O corpo sem vida” no qual são explorados as políticas públicas atribuídos aos goianienses voltando a segregação, agora com o extermínio e a hierarquia social construída até mesmo em baixo da terra.

PRIMEIRO CAPÍTULO: HÁ VIDA NO CORPO

Goiânia é uma cidade nova, pouco mais de 80 anos, criada por um ideal modernista e de progresso através das visões do político e médico higienista Pedro Ludovico Teixeira, interventor do presidente Getúlio Vargas e apoiador do político na chamada “Marcha para o Oeste”.

O programa de Rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. (Getúlio Vargas, 1942. p.184)

Tem sua particularidade de “cidade planejada” inspirada no urbanismo francês. A historiografia da sua construção, assim como a formação do Estado de Goiás, relaciona-se com a disputa pelo poder político, com as oligarquias, com o acúmulo de capital, interiorização e industrialização, concretizados na estrutura do patriarcado.

Conhecidos como “cidades sertão”, sua criação, para ser a Capital do Estado, foi pensada para proporcionar conforto a uma população estimada em cinquenta mil habitantes, o que era um projeto ambicioso, dado que a antiga capital, Cidade de Goiás, durante toda a sua história de trezentos anos até então, nunca havia passado de doze mil pessoas.

Em maio 1933 teve início a sua construção, no dia 24 de outubro do mesmo ano aconteceu o lançamento da pedra fundamental na atual Praça Cívica; em 1935 foi criado o município; em 1937, sob o decreto nº 1816, a Sede do Governo passou definitivamente para Goiânia e somente em 1942 houve o batismo cultural da cidade inaugurada sob os auspícios da ciência e das artes.

Entre várias cidades analisadas para instalar a nova capital do Estado de Goiás, foi definida os arredores da Cidade de Campinas (hoje é um setor de Goiânia). “(...) Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima.” (TEIXEIRA, 2013, p.74). A construção foi iniciada a 12 quilômetros desta cidade.

As pesquisas históricas sobre a construção da Capital afirmam que o local escolhido já havia sido estipulado por Pedro Ludovico antes de 1932. Houve formalidades no processo de escolha com a criação de uma comissão para este fim, sob a presidência de Dom Emanuel Gomes, bispo de Goiás na época e campanhas com as cidades concorrentes pedindo a opinião das prefeituras e população. Mas todas as outras concorrentes foram descartadas, mesmo tendo condições de infra-estrutura melhor que o Município de Campinas. “Dom Emanuel não escondia a sua predileção por Bonfim, cidade que já possuía uma estrutura bem organizada no campo educacional propiciado pelos Salesianos” (SOUZA, 2015, p. 117).

Bonfim (hoje município de Silvânia, á 85 km de Goiânia) uma das concorrentes e ficara em segundo lugar, tinha capacidade para 150 mil habitantes e com possibilidade de extensão em seu território, linha férrea, clima agradável e topografia favorável, abundância em água e já possuía o Ginásio do Padre Anchieta. Mas,

Campinas está de fato situada em uma região indiscutivelmente preparada pela natureza para servir de sede a uma moderna cidade. Para justificar a minha afirmação, cumpre-me passar em revista os elementos que tive de examinar antes de aprovar a feliz escolha da Comissão a quem foi cometida a honrosa tarefa de inspecionar os locais apresentando condições favoráveis. (TEIXEIRA, 2013, p. 89).

A reunião que precedia a escolha do sítio foi feita na Cidade de Campinas. Então, sob o decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, art. 1º decreta: “A região às margens do córrego Botafogo, compreendida nas fazendas denominadas ‘Criméia’, ‘Vaca Brava’ e ‘Botafogo’, no município de Campinas, ficou escolhida para nela ser edificada a futura Capital do Estado, devendo o Governo mandar organizar o plano definitivo da nova cidade (...)” O restante do decreto especifica diretrizes para a construção, como demarcações dos terrenos, áreas destinadas às instalações das edificações da administração pública, regras de higiene e arquitetura, vendas de lotes, etc.

No relatório, entregue a comissão de escolha da Capital, pouco técnico, Armando de Godoy, pensou em uma cidade que não expandia seu território. Seus limites cartográficos eram circulados pelos produtores agrícolas que abasteceria a população formando as periferias. O desenvolvimento da cidade estaria retratado pela formação de cidades satélites. Goiânia ficaria intacta, moderna, higienizada e bela com lindos jardins e vasta paisagem natural, sem os percalços das grandes cidades, onde as

famílias pudessem passear no final da tarde com o céu azul e o tempo refrescado pelos córregos e rios.

A idealização de Goiânia sobre este prisma agradaria seu criador que já sonhara com esta empreitada desde os tempos de estudos no Rio de Janeiro. “Não há lugar para as febres da Baixada Fluminense, nem para as verminoses dos Estados nordestinos, nem para promiscuidade anti-higiênica das ruas da Alfândega e São Pedro, onde a gente tem a impressão que os bondes não passam pelas ruas, mas pelo interior das casas.” (TEIXEIRA, 2013, p. 75). De acordo com SOUZA (2015), para justificar a criação da nova cidade à Getúlio Vargas, Pedro Ludovico, no Relatório de 1933, trata a Cidade de Goiás como uma paciente e a analisa como um médico:

Ao examinar detalhadamente sua *paciente* mais desejada, Pedro Ludovico faz do Relatório de 1933 um extenso laudo médico do histórico da paciente, dos exames, do diagnóstico e do tratamento. Ao condenar a Cidade de Goiás e com ela a família Caiado, que ele destronara, Pedro Ludovico abre o caminho necessário para se perpetuar no poder, direta ou indiretamente, até 1969, quando perdeu os seus direitos políticos. O *médico* é fundamental para o *político*, e o *político* fará de tudo para colocar em prática o tratamento que o *médico* receitou: a construção da nova capital. (SOUZA, 2015, p. 106).

Os primeiros desenhos do projeto de construção foi sob o comando arquitetônico do urbanista barroco Atílio Corrêa Lima. Sua inspiração oriunda da cidade de Versalhes, karlsruhe e Washinton – Ele desenhou o núcleo central, o Lago das Rosas como piscina pública, o Automóvel Clube (local de encontro da sociedade burguesa dos goianienses) e ruas e avenidas largas. Nesta visão, não havia prospectos para as casas dos trabalhadores. Posteriormente, Armando de Godoy inseriu os planos de “cidade jardim”. Neste contexto, Armando de Godoy, Atillio Corrêa Lima e os irmãos Coimbra Bueno entraram em disputa pela visão arquitetônica ideal, percebido até os dias atuais ao andar pelo centro da Capital. Goiânia ficou dividida em duas cidades diferentes que não conversam entre si, Centro e Setor Sul.

Nos discursos do primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, dizia que a cidade “era uma grande família irmanada por um ideal maior do que a vida”. Nos jornais, os noticiários eram repletos de elogios ao governo e a construção da cidade dita moderna. No livro do jornalista Iúri Rincon Godinho, *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia*, o autor afirma que “Jornais da época, como o O Popular e Folha de Goiás, deixaram de prestar um serviço histórico de informação para

apoiar incondicionalmente o governo e pragmatismo da sobrevivência.” (GODINHO, 2013).

A verdade é que a construção de Goiânia estava cheia de problemas; atraso nos pagamentos e exploração dos operários, greves, construções que não terminavam, entre outros pontos que refletem o imediatismo de Pedro Ludovico Teixeira e a falta de planejamento na sua elaboração. Esse imediatismo fará parte do desenvolvimento da cidade até os dias atuais sendo fácil confundir/associar a história do passado com a realidade urbana estrutural da realidade social, cultural e econômica da atualidade. Das bibliografias estudadas para este ensaio, os pesquisadores e pesquisadoras da construção da Capital têm um questionamento em comum: Os documentos factuais da história de Goiânia, não revelam com precisão as lacunas da historiografia econômica e social da construção da cidade.

E o lugar escolhido para abrigar a nova capital ficava nos arredores da cidade de Campininha das Flores, cuja história remonta por volta de 1810, quando Joaquim Gomes da Silva Gerais, alferes vindo de Pirenópolis chegou à região em busca de ouro nas minas de Anicuns; não tendo encontrado ouro nessa localidade, fundou uma fazenda de grande proporção territorial. Em torno, um arraial cresceu – cerca de trinta casas. Em 1907, tornou-se vila com o primeiro nome de Campininha das Flores.

Campinas era uma cidade pacata, casas simples, sem tratamento de esgoto ou iluminação. Era abastecida por cisternas e ao lado, na maioria das vezes, cavado a fossa para a privada. De tradição católica, o que se tinha para fazer na cidade eram as missas e festas religiosas. Com o início da construção da Capital, todo mudou rapidamente. Houve melhoria nas casas, pedidos de compras de lotes, poluição vindo dos automóveis ainda não vistos pela comunidade de Campininha e muitas pessoas desconhecidas oriundas dos diferentes cantos do Brasil para trabalhar na idealização de Pedro Ludovico.

O Estado de Goiás, era visto como isolado e atrasado, com isso a modernidade não poderia chegar. A construção da cidade de Goiânia foi uma quebra desses paradigmas. O local destinado à construção do palácio do governo foi marcado com ossos de ema, único objeto encontrado no local onde hoje se encontra a Praça Cívica, lugar político na cidade desejada, agora com teor simbólico.

O estilo arquitetônico predominante na cidade é o art déco (ou melhor dizendo, do centro da cidade - pois o projeto era limitado ao centro e redondezas) que possui formas geométricas e de baixo custo, propício para ao desejo de agilidade na construção

da nova capital além da estética modernista. “(...) O governo do nosso Estado pode perfeitamente resolver o problema da edificação dos prédios destinados a abrigar os vários órgãos da administração pública sem despertar somas elevadas, conseguindo, ao mesmo tempo, o objetivo de dar à futura cidade elementos que muito contribuam para a sua beleza.” (Relatório de Armando de Godoy apresentado á Pedro Ludovico Teixeira em 1933).

Através de publicidades de esperanças de dias melhores, vários trabalhadores vieram - sem estruturas e planejamentos para atender a demanda, a cidade cresceu. Goiânia hoje, vive os problemas das grandes metrópoles do país nos seus 728,841 km². O último senso do IBGE, em 2017, estima cerca de 1.466.105 pessoas. O índice de pobreza, segundo o instituto em 2003 foi de 13,99% e a mortalidade infantil em 2014 de 10,85% em óbitos nascidos vivos.

Goiânia, uma sociedade saudável rumo ao desenvolvimento moderno: Políticas sanitaristas e isolamento aos doentes.

O autor Nilton Rabello Ururahy (2015) na sua dissertação para o Programa de Pós-Graduação “Território e Expressões Culturais no Cerrado” da Universidade Estadual de Goiás, com o título, “A construção de Goiânia: Uma abordagem médico-sanitarista através dos discursos, planos e projetos (1930 – 1942)”, afirma que a construção idealizada da nova Capital salienta “uma nítida incongruência entre os discursos de modernidade legitimados pelos argumentos higiênico-sanitários e o que de fato acontecia na vida cotidiana da Nova Capital, em especial, na vida dos operários” (2015, p. 107).

Conforme sua afirmação no discurso de Jerônimo Coimbra Bueno – superintendente das obras da Capital na época, diz que: “As casas de madeira, feitas com rapidez, sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que se poderia tolerar para viver” (ALVARES, 1942, p. 71-72). Até 1937, no plano diretor da construção da cidade não havia postos de saúde nem hospitais públicos. A priorização era a conclusão das obras civil e urbana.

Os migrantes vindos de diferentes territórios brasileiros mantiveram esses casebres na Vila Nova e redondezas às margens do Córrego Botafogo que no projeto original não teriam construções residenciais. Ou seja, a salubridade e higiene proposto

pelo interventor não fora pensado para favorecer a classe pobre da sociedade goianiense, no qual, estes foram os verdadeiros autores da construção da cidade.

O imediatismo de Pedro Ludovico acarretou numa série de problemas de infraestrutura e falta de planejamento a partir das publicidades feitas para acarear mão de obra. O aglomerado de operários, famílias e agregados instalados às margens de córregos em situações precárias contribuiu para o crescimento de doenças causadas por mosquitos e outros parasitas. Com isso, através do plano diretor do Estado e Políticas de controle social fora criado a Delegacia Sanitária.

Este departamento ficou responsável pelo cadastramento das moradias das famílias em condições de risco, foram criadas política de assistência médica para tratamento de doenças, no entanto a preocupação de Pedro era com os prazos estabelecidos para a finalização da construção da nova capital, ou seja, com os operários homens doentes. No entanto, as primeiras medidas destas políticas resumiam-se na obrigatoriedade das vacinas contra varíola e raiva, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis⁴, irregularidade na profissão médica, odontologia e farmácias. Neste mesmo período cresce o número de infectados por doenças parasitárias.

Durante o Governo de Getúlio Vargas foram criadas dezenas de colônias pelo Brasil para o controle de doenças ditas contagiosas – os chamados Leprosários. Este programa foi considerado moderno, mas na história eram vistos desde os primeiros séculos da era cristã. Era basicamente a transferência de doentes da lepra de diversos lugares para um só local, como uma vila que teria sua própria dinâmica social e cultural – resumindo, foi criado uma cidade dentro de outra cidade. Desta forma acreditava-se na humanização dos enfermos. Mas ao contrário, venho a acarretar o preconceito sobre estas comunidades.

Os doentes eram separados das suas famílias, em alguns casos, todos os membros familiares entravam em reclusão e os nascidos nas colônias deveriam continuar ali até a junta médica ter certeza que estes não teriam desenvolvido a doença. Acreditava-se que a doença era totalmente contagiosa e as pessoas doentes colocava em risco a saúde das sociedades. As políticas públicas destinadas á hanseníase estavam aos cuidados de entidades religiosas.

⁴ - A terminologia utilizada nos dias de hoje é a IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis. Foi substituída pela expressão “DST” (Doenças Sexualmente Transmissíveis) para englobar as infecções que uma pessoa possa ter ou transmiti-las. Ver em :<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>

O preconceito sobre as pessoas portadoras de hanseníase ou pejorativamente conhecida como lepra ou mal de Lazaro, é milenar. Concluíram que os infectados pela doença tinham na pele a marca do pecado, acreditavam que o contágio era ocasionado pelo contato corporal ou ato sexual. Ou seja, seria castigo de Deus, considerado “desvio da alma”, portanto, o tratamento era imposto pela igreja e não por médicos. Nesta época, em torno do século VI, já havia os leprosários. Segundo informações do site do Instituto Oswaldo Cruz os infectados,

quando não eram enviados para leprosários e excluídos da sociedade, os doentes não podiam entrar em igrejas, tinham que usar luvas e roupas especiais, carregar sinetas ou matracas que anunciassem sua presença e, para pedir esmolas, precisavam colocar um saco amarrado na ponta de uma longa vara. Não havia cura e ninguém queria um leproso por perto. (site do Instituto Oswaldo Cruz: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1182&sid=7>)

Em 1873 o médico Armauer Hansen descobre a bactéria (*mycobacterium leprae*) que causa a doença extinguindo a possibilidade de castigo pelo pecado, no entanto, a forma de tratamento que consistia em afastamento de doentes do convívio social persistiu junto ao preconceito atribuído aos portadores.

A cura para a hanseníase foi descoberta na década de 50 do século XX e o termo lepra foi abolido de documentos administrativos dos tratamentos da doença para evitar a discriminação. Ainda nos leprosários, os internos, a partir do tratamento poderiam sair do confinamento, no entanto essa transição não foi tão simples – essas pessoas deveriam voltar para o convívio social, além de reestruturar os laços familiares, precisavam de empregos, escolas, lazer. O enraizamento do preconceito consolida no decorrer das décadas.

O tratamento indicado pela Organização Mundial de Saúde é o poliquimioterápico (PQT) que consiste na aplicação de diversos medicamentos. É ambulatorial e no Brasil está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS). O tempo de tratamento é em torno de nove meses e as dosagens variam entre adultos e crianças. O contágio acontece por vias respiratórias, contato próximo por longo período.

A modernidade e progresso da construção da Capital não combinariam com as doenças ocasionadas pela falta de higiene e infra-estrutura desordenada. Em Goiânia, a Colônia Santa Marta foi criada em 1938 como partes integrante do movimento governista de Getúlio Vargas e adotado por Pedro Ludovico. No início da construção as instalações eram precárias, não havia cozinha e refeitório. Os internos chegaram a 900 pessoas distribuídas em pavilhões e casas. O terreno escolhido fora utilizado como base do exercito (localizado no Morro da Matraca, Rodovia 403, hoje Município de Senador Canedo) e sob o comando de Dom Emanuel, arcebispo do Estado de Goiás na época. Vieram três irmãs de caridade do Rio de Janeiro para acalentar os enfermos. Um médico e um administrador.

Hoje na antiga Colônia Santa Marta funciona o Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta. As construções antigas são mantidas com a “ajuda” do IPHAN para a proteção da memória desta comunidade que viveu confinada ali por décadas criando seus costumes e relações sociais. Ainda há moradores no local.

Em janeiro de 2018, o governador do Estado, Marconi Perillo, anunciou com entusiasmo a inauguração do Complexo Hospitalar do Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta, com 20 leitos para pessoas idosas que ainda sofrem com as seqüelas da doença⁵. Na Colônia Santa Marta o número de moradores é maior que vinte leitos (estes leitos assemelham-se com quartos de hospitais, sem personalização de quem está ocupando-os). As construções das casas estão em ruínas, sem segurança pública, sem praças e o sistema de saúde está interligado ao SUS (Sistema Único de Saúde).

Neste sistema a pessoa deve procurar uma unidade, os chamados Postos de Saúde e requisitar o “chequinho”. Este documento serve para marcação de consultas e exames, do mais simples ao mais complexo dos diversos serviços disponibilizados pelo serviço. No caso dos moradores da Colônia, eles vão até o Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta e requisitar este tal “chequinho”, no entanto, o sistema que é interligado a vários hospitais e laboratórios espalhados por Goiânia, a consulta ou exame poderá ser encaminhada para qualquer lugar da cidade. O ponto de ônibus mais próximo da Colônia fica a mais de um quilômetro de distancia dos

⁵- Entrevista disponível em: <https://diaonline.com.br/video-on-demand/governo-de-goias-inaugura-complexo-hospitalar-que-vai-substituir-a-antiga-colonia-santa-marta/> Ver também a reportagem: https://www.youtube.com/watch?v=_NMuutl11AQ

moradores. Ou seja, até os dias de hoje, estas pessoas continuam em situação de segregação sócio-espacial atribuídos pelas políticas discriminatórias que assolaram nossa cidade deste o início da sua construção.

A loucura em Goiânia teve um papel fundamental na organização sócio-espacial na legitimação das políticas de segregação atuantes no Estado e no Brasil. Quem estava em Goiânia na segunda metade do século XX lembra bem dos “doidos das ruas” – “doido do saco”, “doido a lua” que caminhava pela Avenida Goiás em noites de lua cheia; a “velha do saco” que os pais diziam as crianças desobedientes – “a doida do saco irá te colocar no saco se você não se comportar”; as “doidas dos gatos” que enchiam um saco de gatos e andava pelas ruas da Capital... Entre tantas outras figuras que fizeram parte do cotidiano dos goianienses e de outras cidades e continuam nas memórias da nossa infância.

Os termos pejorativos atribuídos aos indivíduos com atitudes fora dos padrões normatizados pela sociedade corroboram para a discriminação e preconceitos, no qual, as políticas públicas para o tratamento de transtornos psicológicos resumem-se na separação destes indivíduos do convívio social. Nas primeiras décadas do século XX criou-se a Liga Brasileira de Saúde Mental. Posteriormente o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) foi criado no governo de Getúlio Vargas sob o comando do psiquiatra Professor Adalberto Botelho baseado na psiquiatria organicista alemã com influências no conceito de eugenia (este conceito foi utilizado como base dos ideais nazista-alemão). As palavras do secretário de saúde do Estado José Peixoto da Silveira para a Folha de Goiás no dia da inauguração do Hospital Psiquiátrico Professor Adalberto Botelho no dia 03 de abril de 1954 afirma que: “(...) Sintetiza-se nestas palavras, o zelo de um homem pela sua vida de nossa gente, e definem-se os propósitos do Governo de promover o aperfeiçoamento de nossa raça. (...)”

Os manicômios passaram a ser ferramentas de controle social para o tratamento de pessoas que não se encaixavam nas normas estabelecidas pelas políticas modernas e higienistas e poderiam transmitir seus males geneticamente, adoecendo uma população, além dos transtornos no cotidiano da vida em sociedade. Os esforços imaginários dos agentes da memória oficial levam à eugenia do corpo de grupos e indivíduos, estes em processo de exclusão social e segregação espacial.

Sob a direção do médico psiquiatra Adalberto Botelho foram criados no Brasil, a partir de 1953 com apoio de Vargas, oito hospitais psiquiátricos, os ditos manicômios que eram internados não somente “os loucos”, mas, qualquer outro que envergonham a

estrutura social como exemplo os deficientes físicos, pessoas com baixa visão, entre outros incluindo os homossexuais. “(...) O Adalto representa, portanto, no bojo de uma cultura do encerramento e do controle, o modo como ela opera. Se a cultura é de controle, suas instituições são ao mesmo tempo a produtora do discurso e do combate efetivo aos considerados desviantes: criminosos, mendigos, alcoólatras, loucos e todos os anormais possíveis.” (SANTOS, 2018. p. 115).

A construção do Hospital Psiquiátrico Professor Adalto Botelho (1954) em Goiânia foi mais um dos símbolos da modernidade atribuídos a idealização da cidade dando-lhe status de identidade de uma população saudável com homens aptos ao trabalho nas indústrias e demais construções. A psiquiatria organicista foi visto com bons olhos ao Governo do Estado e estaria em conformidade com as políticas sanitárias da criação de Goiânia.

“A transferência da capital como marco auxiliou a construção de representações que foram legitimadas através dos discursos políticos e médico-psiquiátricos categorizando grupos que em determinado momento fugiam às regras sociais.” (PAULA p.11). A criação da Capital além de produzir a sensação de identidade moderna para os goianos (levando em consideração todo o território estadual dito atrasado, sertanista) também legitimou o processo ‘civilizador’ dos povos do cerrado. Com isso o local escolhido para a instalação do manicômio encontrava-se distante do centro da cidade que aglomerou os edifícios da organização pública e a população saudável, a construção foi aos moldes da arquitetura Art Déco para que este integrasse a paisagem urbana que não poderia ser comprometida pelos indivíduos desconcertantes de uma política moderna rumo ao progresso social.

A chegada da década de 60 com a ditadura militar implantada no país, as instituições psiquiátricas além de servir para a segregação dos “loucos” e indivíduos que não se adequaram as normas das estruturas sociais, foi utilizados para o controle e até a exterminação de pessoas contrária as idéias políticas da imposição militar, os chamados subversivos tachados como riscos para a segurança pública e trancafiados nos manicômios que tinham perfeitas estruturas para as torturas históricas do regime militar.

O lugar dos não adaptados, dos desviados também cedeu espaço à questões políticas, sendo as instituições. O lugar dos não adaptados, dos desviados também cedeu espaço à questões políticas, sendo as instituições utilizadas para aprisionamento de alguns dos que questionavam o regime militar. Neste sentido, o nosocômio passa a funcionar como uma espécie de presídio, um lugar onde a

eletroconvulsoterapia também utilizada para as torturas, era legalizada. (PAULA, 2016. p. 120).

Durante toda a história do hospital psiquiátrico, foram relatados vários casos de violência contra os internos. O local era dividido por alas. Homens e mulheres ficavam separados, mas não por suas ‘possíveis’ patologias já que o real tratamento de transtornos psicológicos só serviu para legitimar a segregação e controle social, o que aumentava a desumanização dos indivíduos ditos alienados. Com o fechamento da instituição em 1997, a maioria dos internos foram postos na rua, sem famílias, casa para morar, sem possibilidades de trabalho e reintegração social.

O documentário “Passageiros de Segunda Classe” (2001)⁶, dirigido por kim-Ir-Sem, Luiz Eduardo Jorge e Waldir de Pina, conta o cotidiano dos internos do Hospital. As pesquisas audiovisuais foram feitas entre 1985 a 1987. As cenas são marcantes e acentua as condições precárias que viviam os asilados além dos tratamentos de eletrochoque comuns a estas instituições psiquiátricas.

O historiador Éder Mendes de Paula, em 2016, analisou os jornais da época com idéias contrárias ao fechamento dos hospitais psiquiátricos que serviam como asilos. Diz que: “O local representava a segurança da população e a possibilidade de higienização da cidade, era como um depósito de dejetos humanos. Seu fechamento trouxe para a discussão uma série de problemas que até então podiam ser ignorados, como a presença destes moradores de rua recolhidos no hospital psiquiátrico”. (p.154). O comentário do autor relaciona-se a uma reportagem do Jornal O Popular do dia 08 de junho de 1997, no qual a manchete dizia que: “O Fechamento do Adauto Botelho inviabilizou atendimento a mendigos sem referência familiar e residência fixa e muitos são abandonados pela cidade.”

É notório constatar que as políticas de segregação e eugenia da cidade de Goiânia e Estado de Goiás pautadas na higienização de uma população com a identidade imaginada como moderna, salienta ainda mais a desigualdade social dos goianienses e contribuem para a desvalorização cultural, aumento e embasamento dos preconceitos e da criminalidade que acentua suas formas da construção idealizada de uma cidade aos dias atuais. Goiânia é hoje uma das cidades mais violentas do Brasil com políticas precárias voltadas á saúde e educação, no descaso do poder público e a

⁶ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=9C3K9Ps_lEg

eterna continuação de infra-estrutura baseado no imediatismo do início da construção da Capital.

A cidade moderna consolida suas formas: O Esquecimento por meio de pedra e cal ou os espaços esquecidos da morte.

Como toda região metropolitana, Goiânia não fugiu a regra. O crescimento desordenado e a falta de políticas públicas na saúde, educação e nos diversos seguimentos necessários para o desenvolvimento sócio-econômico da população a violência no meio urbano cresceu.

Goiânia em seus poucos anos viveu momentos significativos de tragédias que hoje foram escondidos, mascarados, “acimentados”, recriados ou ressignificados. O maior e muito complexo, foi o “acidente” com o céσιο 137 que mudou a paisagem urbana da Capital e evidenciou o descaso do poder público, os recortes da imprensa com alianças políticas e especulação imobiliária juntamente com a ignorância de muitos atribuídos á falta de informação acarretando em preconceitos e desumanização.

Na Avenida Paranaíba no centro da cidade funcionava o Instituto de Radiologia de Goiânia (IGR). Construído em 1972, com três sócios, a locação do terreno tinha no contrato especificando dez anos de utilização gratuita do local. Ao passar deste tempo o contrato não fora renovado e o instituto mudou suas instalações para o Setor Aeroporto deixando para trás, vários entulhos, juntos a estes, uma bomba do Césio 137 que fora adquirido em 1971. O terreno passou para o comando do IPASGO (Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado de Goiás) que o deixou sob ruínas – retiraram portas, janelas e, além disso, ficou sem segurança pública tendo somente um funcionário responsável pelo guarda do local.

No dia 13 de setembro de 1987, dois catadores de recicláveis vasculharam o local em busca de materiais para venda no seu estabelecimento na Rua 57 no Centro (neste local havia vários estabelecimentos de ferro-velho e sucatas de todos os tipos), acharam a cápsula e pensaram na quantidade de chumbo que poderiam lhes render muito dinheiro. Tentaram vende-la nas redondezas, mas, ainda estava muito curioso para saber o que continha no cilindro. Ao conseguir abri-la, expôs cerca de 19 gramas de Césio-137. Logo após venderam a peça para um ferro-velho que ficara nas imediações. O dono desse estabelecimento é que percebeu o Césio e ficou encantado

com o pó que brilhava no escuro, mostrando o mesmo para os amigos, vizinhos, familiares...

Por cerca de quinze dias a contaminação se espalhou pela cidade através de contato físico com a matéria, repasse de dinheiro... O professor e físico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Frederico Firmo de Souza Cruz, na época do acidente escreveu um artigo explicando o que é o césio 137 e o que este faz no organismo de um acidentado por essa matéria radioativa. Relata também como acontece a contaminação:

A contaminação se dá quando alguém ingere, inala ou fixa no próprio corpo, por algum meio, quantidades de material radioativo. Neste caso, a pessoa terá dentro de si núcleos instáveis, tornando-se ela mesma uma fonte radioativa. Com isso, estará sofrendo de maneira contínua os efeitos da radiação e pessoas em contato com ela serão também irradiadas. (CRUZ, 1987. p. 5).

A maior quantidade de radiação foi encontrada numa menininha de seis anos, Leide das Neves que comeu um ovo cozido com as mãos sujas do “pozinho brilhante”. Poucos dias depois, a tia da menina suspeitou do produto que o marido havia retirado da cápsula que comprara, e levou um pedaço dela para a Vigilância Sanitária, detectando assim que se tratava de um material radioativo, mas esse fato não foi informado às vítimas imediatamente, nem mesmo as equipes, como bombeiros, policiais, motoristas e até mesmo jornalistas. A partir daí, o Governo de Estado armou uma força tarefa para a desocupação das casas do primeiro contato com o material e em torno levando-os para o Estádio Olímpico, também no Centro da Capital, para a verificação da radioatividade. Num documentário produzido pela TV Assembleia Goiás em 2017 relatando a história de 30 anos do acidente⁷, Lurdes das Neves, mãe da menina Leide das Neves, afirma que: “Foi uma coisa assim tão violenta que eles tiraram nós da casa, mais ou menos de madrugada. Ai, levaram a gente para o Estádio Olímpico, acho que já para não fazer escândalos.”

Os estudos mostram que foram atendidas mais de 120 mil pessoas no Estádio. Uns ficaram por lá em barracas improvisadas de forma desumana, sem nenhuma informação do por quê. Eram vários banhos por dia e várias medições da radiação. Algumas foram liberadas e várias crianças tiveram que sair de lá sem roupas porque as vestimentas estavam contaminadas e teriam que ser descartadas.

⁷ - disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hzCq3OUq4ts>

Era 28 de setembro quando o acidente tornou-se público. Cerca de três dias após a visita providencial da Maria Gabriela à Vigilância Sanitária. A partir daí a cidade virou uma correria, as casas foram demolidas, pessoas indo e vindo para as medições diárias e as dúvidas da população sobre o ocorrido só aumentaram. Mais uma vez o poder público de Goiânia improvisava suas ações legitimadas por um bem maior: a segurança dos saudáveis da tão sonhada Capital e a segregação dos doentes.

No mesmo documentário acima citado, o promotor de justiça do Ministério Público, Marcus Antônio Ferreira Alves afirma que:

O fato é que aqui, foi tudo no improviso, então, as pessoas não tinham treinamento para o trabalho com um acidente radioativo daquela proporção. Não tinha pessoas especializadas para fazer o transporte disso, não tinha nada (...). As pessoas, os jornalistas, acreditaram por estarem de macacão branco que seriam técnicos altamente qualificados, na verdade não eram. Não tinham a mínima noção do que estavam fazendo. (2017)

Essas pessoas eram funcionários do CRISA (agência de regularização de obras e transporte na cidade, atual AGETOP), polícia militar e bombeiros. Esta categoria só foi reconhecida como vítimas do acidente em 2000.

Voltando ao Instituto Goiano de Radiologia (IGR), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (responsáveis pela normatização e utilização de materiais nucleares pela medicina) e a Secretaria de Saúde do Estado afirmam que não foram informados que os antigos proprietários do Instituto deixaram o material radioativo abandonado no local. Ou seja, não ficaram definidos nem julgados os culpados pelo acidente.

No dia 20 de setembro de 1987, uma manchete no jornal O Popular diz “Césio em ferro-velho espalha radioatividade em Goiânia”. A reportagem afirma que 16 pessoas foram infectadas e cerca de 40 pessoas estariam em observação médica. Continuam dizendo que a cúpula do césio 137 foi roubada, das dependências do Instituto, e vendida a um ferro-velho. A reportagem ainda afirma que foi a vigilância sanitária que retirou a cápsula da casa do dono do ferro-velho, colocaram o material numa gaveta e cimentaram: "A Secretaria de Saúde levou a cápsula para uma unidade de vigilância, onde ontem à tarde a gaveta interna que contém o material radioativo, foi cimentada. A área onde a cápsula estava foi isolada pela polícia e pelo Corpo de Bombeiros". O jornal ainda afirma que "(...) a Secretaria de Saúde isolou o estádio Pedro Ludovico, que fica perto da área do acidente, levantou pequenas cabanas e alojou ali cerca de 40 pessoas com suspeita de contaminação. São pessoas das vizinhanças do

local do acidente. Elas estão sendo descontaminadas com banhos especiais" (O Popular, 1987). Os banhos especiais citados na reportagem era água com vinagre.

Se realizarmos uma breve pesquisa no Google, é possível (facilmente) encontrar alguns vídeos dos primeiros dias de contaminação pelo césio na cidade. Um deles mostra a cápsula na agência da Vigilância Sanitária, numa sacola de arroz sobre uma cadeira sem nenhum cuidado específico, pessoas andando próximas e vendo o que continha dentro. Até mesmo a filmagem do Jornal Anhanguera (do mesmo grupo do Jornal impresso O Popular) que estava no local para cobrir outro caso registrou a cena.

Neste contexto, sem culpas institucionais, o próximo passo da Secretaria de Saúde do Estado junto a uma comissão técnica, distribuiu os acidentados que tiveram contato direto com o césio 137, pelos hospitais públicos de Goiânia – estes também sem treinamentos especializados em acidentes deste tipo. Os pacientes em estado mais grave foram transferidas para o Hospital Marcilho Dias no Rio de Janeiro. No dia 23 de outubro de 1987, a menina e sua tia, Maria Gabriela Ferreira com 37 anos morreram, além de dois empregados do ferro-velho. Ou seja, foram quatro óbitos oficiais.

Para as vítimas não houve velório e foram enterradas no Cemitério Parque de Goiânia num local isolado. A cova mais profunda que o normal, tinha mais trinta centímetros de concreto e mais trinta centímetros de concreto na superfície da sepultura. Os caixões pesavam em torno de 700 quilos, pois, foram revestidos com chumbo. O enterro durou cerca de duas horas sob protesto da população que não queriam os enterros ali. Por falta de informações, para não dizer ignorância, as pessoas atiraram pedras, pedaços de ferro e todo o tipo de entulho encontrado no local. Houve embate com a polícia e posteriormente um cordão de isolamento para dar continuidade ao enterro. A mãe da menina Leide, chamada de “bomba nuclear”, Lurdes das Neves Ferreira, sobrevivente do acidente, nunca mais esqueceu aquelas cenas. Nos documentários sobre o ocorrido, diz que não tem raiva das pessoas que participaram daquela barbaridade, mas não irá esquecer.

Na época o Governo do Estado criou a Fundação Leide das Neves, A FUNLEIDE com o objetivo de dar suporte aos acidentados. Refazer toda a documentação, assistência médica-social e monitoramento epidemiológico. Logo após, instituíram a SULEIDE, Superintendência Leide das Neves no lugar, e posteriormente criaram o Centro de Assistência aos Radioacidentados (C.A.RA) que passou a regular todo o processo de tratamento médico das vítimas.

A metodologia para o tratamento foi regularizado pela Agencia Internacional de Energia Nuclear (IAEA) de acordo com o grau de contaminação ou irradiação que a vítima sofreu. A unidade atende hoje em torno de 1.200 pacientes. A partir 2010 os medicamentos e tratamentos deixaram de ser prioridade para os radioacidentados passando para a população em geral.

O Doutor José Willian de Oliveira, clínico médico do C.A.RA, no documentário da TV Assembléia Goiás, acima citado, diz que: “De modo geral, as doenças apresentadas hoje, são doenças comuns a população, se eu tenho hipertensão, a pessoa também pode ter hipertensão (...). As defesas orgânicas desses pacientes eram muito baixas, tanto que isso era comprovado nos exames. Depois de um certo tempo isso foi tornado igual á população geral. Então hoje, as doenças que eles apresentam nós consideramos que são doenças da população geral.” (Documentário de 2017).

O céσιο 137 tem a especificidade abrangente de meia vida de 30 anos, ou seja, em torno de 300 anos para a descontaminação. Segundo o site do Governo do Estado, o C.A.RA ainda monitora cerca de 1.300 pessoas. Na mesma página afirma que muitos deles tiveram o benefício de “pensão especial vitalícia”. Neste caso, há duas incongruências: se um radioacidentado nos dias de hoje não tem mais possibilidade de contrair certas patologias como afirma o Dr. José Willian de Oliveira, porque estas pessoas continuam a ser monitorados? E porque eles falam em “benefícios”? Já que, segundo os dicionários o termo refere-se a “Proveito; vantagem que se consegue tirar de alguma coisa; serviço; aquilo que se realiza ou de oferece em favor de uma pessoa...”?

Além do descaso das políticas públicas dificultando o prolongamento e a qualidade da vida destas pessoas que fizeram parte definitiva da memória coletiva dos goianos, estes ainda sofrem com depressão, consumo abusivo de bebidas alcoólicas, entorpecentes, desemprego e maus tratos da sociedade dita saudável através da discriminação que outrora tinham a vantagem da falta de informação pelos agentes de poder, agora é somente preconceitos.

Após o acidente, a cidade de Goiânia e o Estado de Goiás entraram em colapso econômico. As pessoas não conseguiam entrar em aviões, cancelamentos de eventos na cidade, o Estado deixou de vender para outras cidades, nem mesmo o dinheiro dos goianos eram aceitos. Os investimentos caíram, animais foram sacrificados (maior renda do Estado pautado na agronomia e criação de gados), o setor imobiliário enfraqueceu. Há relatos que até mesmo dentro da cidade o clima de discriminação foi intenso. As

peças que moravam no centro da cidade sofreram atos violentos. Crianças deixaram as escolas. Goiânia ficou por décadas em atraso.

Com tudo, o Governo do Estado, investiu no esquecimento da tragédia através de construções urbanas. Em 1994 foi inaugurado o Centro de Convenções de Goiânia considerado o maior e mais completo da América Latina. No site da empresa diz que a construção no Centro da cidade dar-se pelo “fato que proporciona fácil acesso e comodidade para o público, próximo a hotéis, restaurantes, rede bancária e diversos estabelecimentos comerciais.” O endereço do Centro de Eventos é o mesmo do então demolido Hospital de Radiologia de Goiânia.

Nesta época, os ferros-velhos que lembravam o acidente deram lugar a um quarteirão de concreto, posteriormente o Mercado Municipal de Goiânia na Rua 74 no Centro foi revitalizado e hoje é palco de uma pequena elite goiana com shows e cervejas cara. Construíram hotéis de cinco estrelas, ruas e avenidas remodeladas para relembrar a “belle époque” goianiense. Em menos de 20 anos não se falavam mais do césio 137 muito menos dos acidentados que foram vítimas das doenças causadas pelo material radioativo e das políticas “não públicas” atribuídas à população carente da cidade moderna.

As estatísticas e números reais, nos quais ainda em estudos, dos mortos e acidentados por esses fatos, deixo para os diversos pesquisadores do maior acidente radioativo em zona urbana do mundo. Mas vale ressaltar que, segundo a Revista Césio 25 anos produzida pelo Governo de Goiás e Secretária de Saúde do Estado de Goiás em 2012, conseguiram encontrar um ponto positivo nesta história com a transferência do lixo radioativo (em torno de três mil toneladas) para o depósito definitivo no Município de Abadia de Goiás no final de outubro de 1987:

A escolha de Abadia para abrigar, em caráter definitivo, os rejeitos do acidente com o Césio, não só emancipou a cidade como fez com que ela abrigasse um centro de estudos e pesquisas, visitado por aproximadamente 10 mil pessoas, todos os anos, e referência em quase todo o mundo. Além do depósito, o Centro possui um Laboratório de Radioecologia, um elaborado Programa de Monitoração Ambiental (PMA) e um Centro de Informações que atrai estudantes e turistas de todo o Brasil, Europa e América Latina. Prova que o acidente com o Césio 137, apesar das perdas, também trouxe ganhos e conquistas. (Revista Césio 25 anos, p. 28).

Segundo os dados do IBGE em 10 de julho de 2017, Goiânia estava com 1.466.105 pessoas. As últimas estatísticas da população em situação de pobreza, ou

“pobreza inferior”, como o instituto denomina foi feito em 2003 com 11.82% do total da população. Em 2016, mais de 20 mil pessoas morreram, sendo 7.930 falecidos em casa e 182 pessoas não chegaram a nascer. Os dados da saúde da população são de 2009, nos quais somam 1.118 de leitos públicos distribuídos em 10 unidades de saúde. Neste mesmo ano foram computadas 65 unidades de atendimentos de emergência, 34 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e 03 unidas psiquiátricas, mas não especifica a esfera de tutela, se é público ou privado. Dos 777 unidades hospitalares que consta no site somente 87 estabelecimentos são de esfera pública municipal. Neste mesmo ano, as unidades de atendimentos em UTI/CTI contabilizam 15 unidades.

Goiânia, hoje, é uma das cidades mais populosas do Brasil. O crescimento desordenado causado pela falta de infra-estrutura e planejamento da malha urbana acarreta em diversos problemas; faltam vagas nos hospitais, nas escolas, trabalho escasso – mão de obra barata. Através da historicidade da cidade é fato constatar que as políticas públicas destinam-se não a população carente da Capital, mas para legitimar a segregação de um Estado dito moderno. Os doentes, os “loucos”, as vítimas do césio 137 e a população pobre da Capital, carregam, não somente as marcas na pele deixadas pelo tempo, mas a discriminação, a intolerância, a ignorância de uma população moderna e higienizada da sociedade saudável goianiense.

SEGUNDO CAPÍTULO: O CORPO SEM ALMA

Em certas famílias, principalmente no interior, o costume de se fazer o velório na residência do falecido ou de familiares foi muito comum (este rito ainda é visto nos interiores goianos e muito pouco na Capital). O local escolhido era a sala de visita. O caixão aberto era colocado com os pés do morto voltado para a porta de saída da casa caracterizando a ida do falecido do mundo dos vivos para o mundo dos mortos; quatro velas em pedestais distribuídas em torno do caixão recoberto de flores naturais ou artificiais.

Serviam comidas e bebidas aos enlutados que velavam o morto por horas ou até dias. Coroa de flores e ornamentos religiosos seguidos pelas rezas do padre para alento da alma desprendida da materialidade do corpo e conforto aos entes queridos. Em torno do caixão, familiares mais próximos sentados em lamentos por quem não faz mais parte da vida. No entanto, é possível perceber grupos de pessoas em sociabilidade e muitos casos bebendo, comendo e relembrando as peripécias do celebrado.

(...) o povo vinha tudo. Matava boi, fazia biscoito pro povo comer a noite toda [...] e as rezadeiras vinham rezar, né. Passava noite inteirinha elas rezando, bebendo cachaça, era o que tinha, e comendo biscoito, tomando café” (...) ou ainda “Tinha que dar janta pro pessoal que passava a noite (...) quem fazia a janta era a dona da casa mais outras mulheres que vinham (...) eu já passei noite assim com defunto foi muito (Divino “Cachimbinho”, Capoeira Chata, Abadiânia, GO; entrevista concedida a Moreira e Rodrigues, 2009).

Para o preparo do corpo era colocada a melhor roupa, geralmente de cor clara, azul ou branco – o traje era de acordo com a situação econômica da família, cortavam os cabelos, unhas e maquiagem para dar certos status de vida, os olhos são fechados, os orifícios do rosto (nariz, ouvido e boca) eram tampados com algodão.

Se buscarmos na memória um desses acontecimentos, podemos sentir o cheiro de velas queimadas, das flores e formol, do corpo morto, até do café passado na hora, pois a madrugada era longa para o rito proposto da passagem da alma de quem jaz. Essas lembranças ficam no consciente individual e coletivo por tempos e quando entramos numa casa que tal fato ocorreu, a memória é aguçada, seja pela disposição dos

moveis ou em pequenos detalhes no canto da casa – fotografias, velas, cadeiras... Esses locais passam a ser lugares de memória mesmo que por um determinado tempo.

Até a década de 50 do século XX, no Brasil, ainda se via o costume das fotografias pós-morte. Tanto do defunto em salas especiais ou ao ar livre em espaços públicos para denotar a perpetuação da vida dos que jazem, quanto do velório e dentro do caixão.

A fotografia pós-morte surge junto com as técnicas de fotografias no século XIX. A imagem fotográfica era obtida através da ação do vapor de iodo sobre uma placa de prata sensibilizadora. A pessoa, ou as pessoas, fotografadas precisariam esperar imóveis por vários minutos após a exposição sob luz forte, a imagem era revelada, posteriormente fixada com hipossulfito de sódio. Desta forma, fotografar mortos fazia com que os profissionais tivessem mais tempo de manuseio com a luz, cenários e o preparo do próprio defunto deixando-o mais vivo - como o cadáver não se move a foto não saia tremida ou ofuscada.

No século XIX, houve o crescimento de profissionais em fotos mortuárias e, conseqüentemente, de técnicas para tais fotografias, cenários, produtos de maquiagem e bases específicas que deixavam os mortos com várias posições – em pé, sentado, etc. Esses dispositivos funcionavam para dar aparência de vida ao defunto atribuindo-o movimento. Neste contexto, surgem publicidades destes profissionais em jornais especializados discutindo sobre novas técnicas fotográficas de pós-morte.

Esta prática, de origem cristã européia, era muito difundida e aceita nas sociedades brasileiras do século XIX. Segundo estudos de pesquisadores não era um fator de obrigatoriedade religiosa e sócio-cultural, mas era comum esse tipo de prática. Algumas pessoas só foram fotografadas pós a morte por esse ofício ser muito caro e não acessível a todas as classes sociais. Esta prática foi popularizada entre os mais pobres da sociedade brasileira em meados das décadas de 20 a 50 do século XX.

Débora Rodrigues Borges contextualiza o uso da fotografia pós-morte nos núcleos familiares de Bela Vista de Goiás entre 1920 a 1960 na dissertação para titulação de Mestre em Cultura Visual (Faculdade de Artes Visuais/UFG). As fotos do seu trabalho foram encontradas no acervo do Museu Paulista da USP, arquivos públicos e acervos pessoais, incluindo da professora da Universidade Federal de Goiás Maria Elizia Borges pesquisadora de arte tumular do Estado de Goiás. Na internet também é possível encontrar diversas fotos, artigos, dissertações, etc, que falam sobre o tema.

Após as cerimônias do velório, os cortejos até a terra sagrada eram feitos a pé, quando o corpo era velado próximo ao cemitério. Quando o cortejo era feito de carros, constituía numa verdadeira caravana – eram carros, motos, caminhões cheios de pessoas na carroceria, para a criançada era uma festa. Os políticos também se aproveitavam da ocasião disponibilizando ônibus para dar um “ar de solidariedade” aos seus eleitores. Havia o costume de que não poderia atravessar um cortejo fúnebre, pois lhe acarretaria falta de sorte. As pessoas mais próximas do inumado eram quem carregavam o caixão que voltaria a ser aberto no cemitério para as últimas despedidas e a encomenda da alma.

O carro fúnebre, conhecido popularmente como rabcão, faz parte das estruturas que compõem o Patrimônio Cultural destas tradições, no qual, é carregado de criatividade do imaginário popular – é muito comum até nos dias de hoje, escutar alguém dizer que tem medo do rabcão. Nos interiores goianos era comum o transporte do caixão em carroças, carros de boi, em carretas ou caminhões. Um carro específico para o transporte de defuntos não está somente como elemento de composição dos ritos funerários. Existem normas estabelecidas para tal.

Em Goiânia, o Decreto nº 725, de 23 de março de 2015, expedido pela Prefeitura, impõe diretrizes que devem ser seguidos para o veículo de traslado funerário nos Artigos 10 a 12 da seção II. No Art. 12 especifica que “Não se permitirá o transporte de cadáveres em veículos inadequados para a atividade ou específicos para outros fins e que não atendam às normas de segurança de trânsito e da vigilância sanitária”. Os veículos devem ser disponibilizados pelas funerárias ou serviços da assistência social da SEMAS. Além da higienização constante dos carros e vistorias anuais do órgão de trânsito, devem conter isolamento entre a cabine do motorista e o compartimento que leva os restos mortais sendo que, este deve ser “impermeabilizado para facilitar a assepsia bacteriológica após cada prestação de serviço.” (Art. 10, inciso III).

Os ritos funerários da capital são atribuídos à religiosidade do catolicismo popular vindos do interior do estado e dos migrantes, oriundos de diversas cidades brasileiras. Fato este constatado através da historicidade da construção da cidade. “Uma das características marcantes da cultura rural é a presença da religiosidade, que permeia a maior parte das concepções e das práticas cotidianas daquelas populações.” (LEMOS, p.4). São pautadas nos dogmas tradicionais do catolicismo, no entanto ressignificados na sua estrutura como as festas e ritos dentro da realidade social dos grupos que as

criam – a visão da morte e da vida e as relações sociais dentro destas estruturas. Para o sociólogo e antropólogo Jair de Moraes Pessoa, “isto não significa um cisma ou negação da Igreja. Os sujeitos sociais definidos por essas práticas guardam uma grande fidelidade à hierarquia e, em geral até mantêm uma relativa freqüência aos atos oficiais, especialmente aos sacramentos.” (PESSOA, 2005, p. 26).

As bases destas relações sociais estão enraizadas na composição familiar, desta forma os velórios eram realizados nas residências. Em meados de 1990, dentro da cidade de Goiânia, a prática da celebração e comunhão dos que jazem ainda eram comum na organização social dos goianienses. Os velórios também são uma forma de estreitamento dos laços familiares e amigos através da solidariedade dos que perderam um ente. Desta forma são vistos como um acontecimento social.

O mercado da morte: O preço para morrer.

O campo funerário é um dos setores que mais crescem no país, além de proporcionar crescimento tecnológico e científico no seguimento que a condiz. Hoje no mercado são oferecidos diversos produtos, para o preparo do corpo sem vida, nos tratamentos propostos aos enlutados como os mecanismos para os velórios e sepultamentos quanto à memória dos que jazem; camisetas, chaveiros, canecas... Novas tecnologias surgem a todo o momento, a exemplo disso são os diamantes produzidos a partir das cinzas. Esta técnica foi desenvolvida na Rússia e o valor da jóia varia entre R\$ 8 mil a R\$ 28 mil, dependendo do peso da pedra. O produtor musical Jason Leach em 2009 começou a produção de vinil, o valor de 30 discos custa em média U\$ 4 mil. Segundo o inventor, o processo mais difícil é a escolha das músicas que a família quer que sejam gravadas.

A perpetuação do corpo também se estende aos crematórios de animais domésticos. Utilizam a técnica de fabricação de diamantes também para os bichinhos. No município de Anápolis/GO, existe o Diamante Pet Crematório. Os valores da jóia variam de R\$ 450,00 a R\$ 950,00 de acordo com o peso do animal. A empresa também possui serviços funerários como sala de velório, traslado dos animais, descontos em *pet shop* e clínicas veterinária além de assistência psicológica aos enlutados. Caso o dono do animal não puder ir ao velório (a empresa cobre outros municípios) a cremação é filmada e enviada ao proprietário.

Estudos mostram que esta seria a melhor forma de tratamento com os corpos de animais, não enterrar ou jogar em terrenos baldios contribuindo para a proliferação de

doenças e mau cheiro, além de atrair outros bichos, como ratos, baratas e mosquitos. A prefeitura de Goiânia não tem o serviço crematório para a população, o descarte dos bichos é feito pela Companhia de Urbanização (Comurg). Posteriormente para o aterro sanitário. O departamento, em 2015, afirma que quando acionado chega em torno de duas horas, animais de grande porte, como os cavalos também são coletados⁸.

O Complexo Vale do Cerrado, Localizado na GO-060, Rodovia dos Romeiros, saída para o município de Trindade. Possui área de 350 mil m², estacionamento, lanchonete, floricultura, sala de velório climatizado, suítes, crematório com auditório e assistência psicológica e jurídica gratuita caso solicitado. Os preços variam de acordo com o perfil do solicitante, podendo dividir o valor em até 12x no cartão de crédito. Para o Jazigo perpétuo com três gavetas são de R\$ 9.707,27 a cremação R\$ 3.922,66. A instituição também disponibiliza o jazigo com plano funerário, de R\$ 720,00 + R\$ 60,00 mensais no boleto a R\$ 11.888,47 dependendo do jazigo, aluguel por 05 anos ou perpétuo e familiar. A locação individual da gaveta por 05 anos é no valor de R\$ 2.992,00. Os serviços funerários mais cremação totalizam R\$ 6.034,05. A empresa também presta serviços á crematório de animais com o valor de R\$ 550,00

O Cemitério Parque Memorial do Cerrado, na GO-020, apresenta-se como espaço ecumênico e um dos melhores da América do Sul. Também possui plano funerário, mas somente os valores dos jazigos são disponibilizados no site, variam entre: R\$7.847,24 a R\$15.694,54, 03 e 06 gavetas respectivamente. No decreto nº 2854 de 05 de dezembro de 2014, a prefeitura de Goiânia autorizou o reajuste dos valores cobrados pelos serviços – as taxas são atribuídas ao aluguel de sala de velório, taxa de sala de preparo de corpo, taxa de sepultamento noturno, entre outras com serviços em torno de R\$ 157,13 a R\$ 509,23. Existem jazigos perpétuos e locação por 05 anos. As instalações possuem infra-estrutura condizente com as normas estabelecidas para a nossa população.

A criação das empresas funerárias obedece a leis e decretos instituídos pelos municípios. No caso de Goiânia a Lei nº 8.908 de 03 de maio de 2010 que outorga a concessão de uso do espaço pelas empresas funerárias a lhes atribui regulamentos e deveres. Dentre os regulamentos destaca-se o local escolhido para o funcionamento das funerárias que segundo a lei deve ter no mínimo 500 metros de unidades de saúde,

⁸ - Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=6745&fn=true>. Acesso dia 05/07/2017.

cemitérios ou SEMAS (Secretária Municipal de Assistência Social que regula o uso do solo também dos cemitérios públicos e privados da Capital).

Obrigatoriamente, essas empresas devem fornecer nos seus planos básicos “o caixões ou urnas mortuárias; remoção e transporte de cadáveres, membros e restos mortais; ornamentação e instalação mortuária de qualquer espécie e transporte de esquife, urnas ou caixões, exclusivamente em carros funerários” (§1º da Lei nº 8.908 de 03 de maio de 2010). No Decreto nº 725, de 23 de março de 2015, no qual dispõe sobre o serviço funerário no Município de Goiânia, no §2º As atividades definidas como obrigatórias só “poderão deixar de ser executadas nos casos de respeito às tradições e costumes religiosos, devendo o valor do serviço funerário corresponder ao somatório das atividades efetivamente realizadas.”

Nesta mesma Lei (Art. 5º), especifica o atendimento gratuito a população carente; preparo do corpo, traslado tanto para o funeral quanto para o local de sepultamento e urna popular. No §2º “os critérios para prestação gratuita de serviços funerários às famílias carentes, bem como as demais especificações dos serviços e produtos serão estabelecidos em ato próprio regulamentador do Poder Público Concedente”, no caso a SEMAS.

O Art. 19 diz que, se a funerária “deixar de prestar serviços funerários gratuitos às famílias carentes no prazo de 24 horas, quando requisita do pela divisão de controle de sepultamentos da SEMAS” e “se negar, sobre qualquer pretexto a prestar serviços de menor categoria e preços, solicitados pelo usuário, sob pena de, prestando os de categoria superior, receber os preços cotados na tabela para aqueles”. As penalidades para estes, segundo o Parágrafo único deste Artigo, consiste em multa de dois mil reais, dobrados em segundo delito e perdendo a concessão do serviço caso a infração se repita pela terceira vez. A concessão de funcionamento das funerárias é de 10 anos podendo haver prorrogação. No parágrafo único do art. 4, impede que empresas de outros municípios prestem serviços na região metropolitana de Goiânia.

O Sindicato das Empresas Funerárias, Cemitérios e Crematórios de Goiânia/GO e Região Metropolitana (SEFECC), fundado em 2012, tem o objetivo de interligar os serviços funerários da capital através de cursos, workshop's e capacitação voltada aos atendimentos das prestações de serviço do seguimento, o trato com os enlutados e estudos sobre as leis e decretos atribuídos as normas vigentes do Município. Segundo o site do sindicato são filiadas 15 empresas do ramo.

A primeira empresa funerária foi instituída em 1969, a Pax Domini. Hoje uma das maiores da América latina considerada como complexo, possuindo, além dos serviços funerários, crematórios, serviços de acompanhamento aos enlutados e atendimentos hospitalares através de convênios com instituições privadas (hospitais, laboratórios, serviços odontológicos e ortodontia). Na atualidade, grande parte dessas empresas possui uma ampla possibilidade de serviços prestados; variam os preços e apostam na infra-estrutura com teor de luxo e comodidade para os seus associados.

Outra forma que essas empresas encontraram para atender a demanda de uma população, cada vez mais dinâmica e que o tempo está cada vez mais escasso são os velórios virtuais. Toda a cerimônia pode ser assistida e interagida com parentes que estão distantes. As salas de velórios estão cada vez mais equiparadas com a demanda, possuindo climatizadores, dormitórios, TVs, aparelhagem de sons, e sinal de Wi-Fi.

Numa época de consumismo desenfreado, a morte sofre um processo de mercantilização e propagação em série. Com isso, os rituais e manifestações ligados à morte deixam de ser tão importantes. No Estado pré-capitalista, as pessoas morriam em casa, sendo assistidas, no máximo, por um padre. Já na sociedade industrial, as pessoas vão morrer no hospital, cercada de médicos, aparelhos. E no Estado neoliberal, é a iniciativa privada que cuida da saúde das pessoas. (ARAÚJO, 2012, p.3...)

As políticas públicas para a assistência da população com baixa renda são atribuídas a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) criado em 2007. No site da prefeitura de Goiânia é apresentada como “responsável pela execução da Política de Assistência Social no município. Organizado em redes de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.”⁹

Este órgão também regula A Central de Óbitos, administração de cemitério e controle de sepultamento. Não está disponibilizado no site do órgão como é o procedimento para quem não tem dinheiro para os serviços funerários, mas em conversa informal com assistentes sociais, o procedimento é simples: A pessoa que está tratando dos procedimentos burocráticos do inumado, deve procurar a divisão de assistência social munidos de documentações que comprovem a impossibilidade de pagamento para tal serviço e passar por uma entrevista. A partir daí, a assistente social irá analisar o caso. Se autorizado pelo departamento, a pessoa solicitante deve ir até uma funerária

⁹ - Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=782&m=1627>. Acesso dia 04/06/2018.

baseado nos critérios da Lei nº 8.908 de 03 de maio de 2010 do Artigo 5º, apresentada anteriormente neste texto.

Como exposto até o momento, os velórios eram feitos em casa, passando para os serviços especializados de funerárias e suas salas de velório, cada vez mais modernas e pautadas no luxo e no ambiente da web. Cabem nesta lista os centros comunitários dos bairros e igrejas, principalmente as protestantes.

Nas igrejas católicas, as chamadas “missas de corpo presente”, atualmente, são reservadas para os sujeitos eclesiais, com algumas exceções. Outros espaços recebem os rituais funerários, ou os “funerais-espetáculos”¹⁰ de pessoas ilustres, como o cantor Cristiano Araújo de 29 anos em 2015, velado Centro Cultural Oscar Niemeyer. O tempo do velório passou de 15 horas e aglomerou mais de 50 mil pessoas segundo a polícia militar. O enterro aconteceu no dia seguinte (25 de junho) no Cemitério Jardim das Palmeiras em Goiânia. Pouco mais de uma década antes, o cantor Lendro (1998) com 36 anos foi velado na Assembléia Legislativa da Capital com um público estimado de 25 mil pessoas.

O autor Júlio José Chiavenato, 1939, diz que “a estratificação social cria mitos e heróis (...) a morte dessas personagens – já não se trata de pessoas e sim de ícones – deixa de ser um acontecimento pessoal ou familiar para assumir um papel de catarse coletiva, exploração de sentimentos reprimidos (...) As vezes essas mortes são mais sentidas do que a morte de pessoas próximas a nós” (CHIAVENATO, p. 39).

A morte desses “ícones”, ressignificam os costumes tradicionais dos tratos com o corpo sem vida, da memória dos que ficam e dos diversos subterfúgios para a perpetuação dos que jazem, como exemplo, as enunciações ou notas de falecimento e as fotografias pós-morte. É um “prato cheio” para os meios de comunicação; jornais, televisão, revistas e redes sociais. No caso do cantor Cristiano Araújo, vídeos e fotos do momento em que o corpo estava sendo preparado para o velório foram postados em redes sociais. Os autores eram funcionários da Clínica que estava encarregada para tal. Estes foram indiciados pelo crime de vilipendiar cadáver que é o desrespeito ao corpo – a pena pode variar de um a três anos de prisão.

Segundo o Código Civil brasileiro de 2002, o corpo sem vida ainda possui direitos ao se tratar dos “Direitos da Personalidade” (Capítulo II), atribuídos a integridade física, honra, imagem, nome e intimidade. Esses direitos são atribuídos a

¹⁰ - Ver em: MOTTA, Antônio. “Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitentistas. 2010. p.75.

pessoa jurídica e a morte se caracteriza como um ato jurídico. Nos termos da lei, aos nascituros estende-se aos natimortos. No Art. 11 do mesmo capítulo, com exceção de alguns casos previstos em lei (exemplo de doação de órgãos, exumação ou utilização do corpo para estudos científicos, mas em termos especificados por lei), “os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”. Em concluso com o Parágrafo único deste Artigo, “em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”.

A construção dos lugares para os mortos

Aos municípios são atribuídas as normatizações dos cemitérios, seja público ou privado. Em normas gerais a Lei Orgânica Municipal, posteriormente a Legislação Municipal e Código de Postura do Município. Com o crescimento da população da cidade, os cemitérios públicos estão esgotados. Pela Lei atual, um jazigo fica disponibilizado para o inumado de três a cinco anos no Cemitério Vale da Paz – o único gratuito da Capital.

Segundo A Lei Orgânica Municipal de 1990, no Art. 12 das “Disposições Transitórias”, p. 88. “Fica criado no município o crematório consubstanciado num conjunto de parques, jardins e edificações destinadas a dispor, com dignidade, higiene e economia, dos restos mortais dos seres humanos.” Nos parágrafos que se seguem nomeia o crematório de “Campo Santo” e delega a criação e manutenção ao município com fundos do seu orçamento.

Mas, numa reportagem, especificando uma audiência pública para tratar dos cemitérios públicos da Capital publicada no site da Câmara Municipal de Goiânia. O secretário municipal de assistência social da SEMAS, Robson Azevedo, cogitou a possibilidade de criação de um crematório municipal para minimizar a saturação de sepultamentos nos cemitérios já existentes. Esta audiência aconteceu dia 09 de novembro de 2017, ou seja, 27 anos após a criação da Lei Orgânica Municipal de Goiânia que especificara exatamente esta construção.

Nesta “audiência pública” aconteceu com vereadores da cidade e o secretário municipal de assistência social da cidade, acima citado. As reclamações dos vereadores

são legítimas se tratando da falta de manutenção dos terrenos; “(...) mato alto e túmulos abertos com assadas expostas (...)”. Mas os ditos vereadores, ao se tratar da segurança desses locais principalmente de madrugada, eles afirmaram que os atos de vandalismo acontecem “quando os cemitérios são invadidos por pessoas que fazem rituais”. Mais a diante na reportagem, o Vereador Anselmo Pereira (PSDB) “lembrou que violar sepulturas é crime e que é preciso mais segurança nos cemitérios”.

Para concluir essa Audiência, o secretário da SEMAS, afirmou que irá normatizar as condições de trabalho dos funcionários com materiais adequados para o trabalho, reformar espaços, “todas” as sepulturas passarão por recadastramento, aumentar o muro do Cemitério Parque em três metros de altura, iluminação e monitoramento por câmeras, melhorar a segurança, criação de projeto arquitetônico para o Cemitério Santana e estavam analisando a possibilidade de terceirização da limpeza nesses espaços.

No dia 04 de abril de 2018, um homem foi preso por roubar um botijão de gás e um forno microondas do Cemitério Jardim da Saudade de madrugada. Segundo a reportagem na página do site “Mais Goiás”, ele foi pego pela guarda metropolitana e estava levando os objetos com carrinho de mão. Em 07 de abril de 2018, a manchete “Mato alto toma conta de cemitério público em Goiânia”, com o subtítulo “Túmulos do cemitério Parque estão destruídos e escondidos pelo matagal”, é publicada no site do Jornal Opção. Dia 11 de janeiro, no Jornal O Popular a reportagem anuncia que os serviços de limpeza dos cemitérios públicos serão terceirizados, o processo ainda está em andamento. Os muros do Cemitério Parque de Goiânia estão do mesmo tamanho.

Os serviços básicos de limpeza e o aumento de contingência policial dos cemitérios municipais são feitos somente em calendários santos, como semana santa e dia de finados. Ou quando são denunciados pela população com medo do mosquito *Aedes aegypti*.

Para a construção dos campos santos, devem-se seguir normas técnicas da Engenharia Civil e cuidados com o meio ambiente. Os jazigos devem ter no mínimo 1,5 de altura dos lençóis freáticos e no mínimo 50 cm do solo. O projeto arquitetônico deve prever a verificação do terreno (recomenda-se terreno plano), solo e escoamento de água pluvial. O sistema de drenagem deve estar, individualmente, em cada jazigo e medição dos túmulos em 2,20m de largura, 90 cm de espessura e 60 cm de altura. Devem-se instalar postos de monitoramento próximos das águas subterrâneas e a medição deve ser feita no período chuvoso. Os órgãos que regulam essas medidas são o

Conselho Nacional do Meio Ambiente em Resolução Federal e Código de Postura dos Municípios.

Pesquisas produzidas pela Revista Ambiente & Água em artigo de 2012, cerca de 22% da água potável é de origem subterrânea. Este estudo prevê a análise dos lençóis freáticos próximos aos espaços cemiteriais e afirmam que a maior parte das construções desses espaços não foi feitas com normas técnicas que são os estudos geológicos e hidrológicos do local onde foram construídos, principalmente em áreas urbanas. Estes estudos foram realizados na área urbana do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Os cemitérios, como qualquer outra instalação que afete as condições naturais do solo e das águas subterrâneas, são classificados como atividade com risco de contaminação ambiental. A razão disso é que o solo em que estão instalados funciona como um filtro das impurezas depositadas sobre ele. O processo de decomposição de corpos libera diversas substâncias que constituem o organismo humano, como os metais, somando-se a isso nos caixões são utilizados diferentes utensílios metálicos ou não que podem liberar substâncias para a o solo e a água subterrânea (Kemerich et al., 2012. p.167).

A decomposição dos corpos libera uma substância chamada necrochorume. “solução aquosa rica em sais minerais e substâncias orgânicas degradáveis, de tonalidade castanho acinzentada, viscosa, de cheiro forte e com grau variado de patogenicidade” (Silva et al., 2006). Em torno de seis meses de morte o corpo começa a liberação do necrochorume. Esse resíduo contamina o solo chegando às águas subterrâneo através do escoamento da água da chuva podendo ir para as caixas fluviais das cidades. Esta substância pode causar sérios problemas de saúde á população, pois vírus e bactérias de possíveis doenças da causa da morte dos indivíduos continuam ativos no fluido. Á exemplos a hepatite e tuberculose. Nacionalmente a Resolução N° 335/2003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) regula o uso do solo para a preservação do meio ambiente. Mas cabe aos municípios a fiscalização e normatização destes espaços. Na conclusão da pesquisa:

Estimou-se que alguns elementos tiveram seus valores acrescidos em função do fluxo subterrâneo, evidenciando uma possível relação entre a presença de sepulturas e a alteração da qualidade natural da água subterrânea indicando uma poluição difusa, pontual, por substâncias oriundas de processos de alteração caixões, ornamentos mortuários e corpos humanos. (p.178)

No caso de Goiânia, as primeiras instalações cemiteriais foram feitas as margens da cidade (lembrando que a projeção de Goiânia era o Centro da cidade e adjacência), no entanto a cidade expandiu seu território de ocupação urbana e os cemitérios aproximaram-se da população. Os novos espaços, a partir de 2008, foram construídos mais distantes do centro urbano – até o momento.

Em 2013, o artigo “Avaliação Radiométrica das Sepulturas das Vítimas do Acidente com o Césio 137 em Goiânia – 25 Anos Após” foi apresentado no I Encontro do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste-CRCN-CO. Com o objetivo de avaliação da situação radiológica das quatro sepulturas das vítimas do acidente quatro no Cemitério Parque de Goiânia.

Os estudos foram feitos em torno das sepulturas acrescidos de 1,70m em torno delas. Os resultados foram positivos. Concluíram que as estruturas construídas na época do sepultamento foram eficazes evitando a contaminação do solo pela radiação e afirmaram que o local está seguro, tanto para os visitantes quanto para o meio ambiente. Durante o XXI Simpósio Brasileiro de Recurso Hídricos, em 2015, Fernando Ernesto Ucker, Felipe Corrêa Veloso dos Santos e Marcelo Tsuyoshi Haraguchi, apresentaram um artigo relatando a qualidade da água subterrânea do Complexo Vale do Cerrado localizado na GO-020. Os resultados da pesquisa mostram que a água do local não serve para o consumo, pois está com níveis de contaminação, possivelmente, causados pelo necrochorume e resíduos sólidos da decomposição dos caixões e restos de vestimentas. Foram retiradas 13 amostras, nos quais dois delas estavam com alto índice de substâncias corrosivas e pH abaixo da média estipulada pelo Ministério de Saúde, logo, prejudiciais a saúde. Em conclusão: “Através das análises realizadas, a hipótese que a contaminação das águas tenha sido causada devido à presença de sepulturas não deve ser descartada. Não é, portanto, recomendável a utilização dessa água para consumo, visto que apresentaram valores superiores ao máximo permitido pelo Ministério da Saúde”. (UCKER, SANTOS, HARAGUCHI, 2015. p. 7).

Em 2017, outro estudo foi feito no Cemitério Santana, apresentado no 10º Encontro Nacional de Tecnologia Química, em Goiânia. Os resultados comprovaram que o terreno e adjacências não estão contaminados pelo necrochorume, no entanto a região foi considerada em situação de alta vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas em detrimento das instalações do cemitério e a falta de infra-estrutura na sua construção.

Voltando a cidade de Campinas, ou Campininha das Flores, nos séculos XVIII e XIX, como era de costume, os enterros eram feitos nas igrejas e em torno. Em Campinas foram feitos numa pequena Capela construída pelos moradores e fazendeiros locais onde situava a praça principal. Posteriormente transformada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Em 1891 já se fala do cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Com o nome atual de Cemitério Nossa Senhora de Santa'ana, a partir da construção da nova cidade.

Goiânia, hoje, possui quatro cemitérios públicos, administrados pela Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS), nos quais, dois, são destinados a população carente, sendo um gratuito e o outro para servir a população de Aparecida de Goiânia (Município de Goiás em torno de 20 km de Goiânia) e três privados. Segundo as Leis brasileiras, os cemitérios privados são de interesse público, com isso devem ser fiscalizados pelos estados e municípios e administrados através de permissionários. O primeiro espaço destinado aos mortos a partir da construção da cidade foi o Cemitério Santana, criado em 1939 com a transferência dos inumados do extinto cemitério de Campinas, onde hoje está a Praça João Rita Dias e a Matriz de Campinas. Em 26 de setembro de 2000 a área de aproximadamente um alqueire onde se encontra o cemitério foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal – nove anos antes, o túmulo de Pedro Ludovico Teixeira foi tombado.

A construção identitária da sociedade goianiense está pautada nas oligarquias, coronelismo e catolicismo. No Cemitério Santana, não há mais comercialização de túmulos. Estão enterrados personagens ilustres da construção da cidade, no qual cria uma narrativa histórica, política, social, religiosa e cultural encenada por décadas; O espaço é protagonizado (também) pelo estilo Art Decó, possui esculturas riquíssimas em detalhes e estética artística feitas em bronze, mármore e granito. A organização espacial está dividida em ruas, avenidas e quadras. Nas primeiras quadras, frente ao portão de entrada, estão concentradas as “casas monumentais” das famílias mais importantes da cidade ligadas à política e religião. Ao fundo covas rasas, desgastadas pelo tempo e descaso do poder público municipal, os indigentes e famílias de baixa renda, no entanto não há possibilidade de identificar quem é pobre e/ou indigente através das leituras nas inscrições, pois não há mais letras para se ler e muitas delas nem lápides.

No processo de tombamento do território houve a catalogação dos túmulos e jazigos dos personagens ilustres da nossa história, aos outros, das famílias que

verdadeiramente construíram a capital e contam a nossa história só restaram o silêncio e os fragmentos da memória que outrora foram recortados pelas políticas da legitimação imagética de uma sociedade moderna.

Os cemitérios privados da Capital apostam no luxo. São equipados de monitoramento por câmeras, vigilância, lanchonetes, salas de descanso climatizadas, floriculturas... É de tipologia “parque”. Os cemitérios parques não têm construções elevadas como os mausoléus, são compostos por lápides, pequenas inscrições e, principalmente, jardins extensos. Atualmente, nessas construções não possuem cruzeiros, ou “cruz da alma”. É atribuído o estado laico, mas possuem capelas.

Como já exposto, os cemitérios públicos do Município estão em ruínas por descaso do poder público. Esse fato já acontecera no passado. Em meados da década de 60, só havia um cemitério para suprir a demanda de uma população que crescia. Novamente, o imediatismo dos poderosos se fez presente. No início de 1961 começou a construção de um novo espaço para os mortos. O historiador Wilton Araújo Medeiros, em 2010 (tese de doutorado pela Universidade Federal de Goiás), narra esse evento. Lembra as palavras do prefeito na época, Hélio de Britto: “Era evidente que urgentes providências tinham de ser adotadas, afim de não se chegar a uma situação irremediável (...)”. No entanto esta situação já estava irremediável. O Cemitério Santana já não recebia sepultamentos em 1961 e o pequeno cemitério de Campinas já estava em ruínas não tendo possibilidades de receber nem mais um corpo.

Toda grande obra é bem quista para os dirigentes governacionais, em Goiânia, temos várias obras monumentais. O historiador relembra da manchete num jornal de grande circulação da época dizendo: “O prefeito providencia para que os goianienses possa morrer (Jornal Diário do Oeste, 09 de fevereiro de 1961)”. Com isso deu-se início às obras do novo campo santo. MEDEIROS analisa o fato de que, a administração municipal de Goiânia sempre espera uma situação emergencial para então agir. “(...) a cidade no limite mesmo do real em que o vazio é, em seu maior estágio, a morte, o absoluto da ressimbolização.” E conclui: “primeiro porque a morte é a calamidade da vida; segundo, porque interessa ao narrador a dupla face da mesma calamidade, já que lhe interessa constituir a construção da perda.” (MEDEIROS, 2010. p. 210).

O antigo cemitério de Campinas ainda existia, mas em ruínas, literalmente. Hélio de Britto queria que sua administração deixasse a cidade com outros prismas do governo anterior no qual existia uma disputa política com Pedro Ludovico Teixeira. A solução que ele encontrará para a antiga instalação santa (neste local estava os restos

mortais da população da antiga Campininha das Flores) foi: “Quisemos, em vista disso, colocar todos os restos mortais ali existentes, em uma sepultura comum e subterrânea, com compartimentos diversos, e construir, por cima, uma capela. No restante do terreno, construiríamos moderna praça.” (BRITTO, 1966: 248-249). As famílias, claro, não aceitaram esta decisão e as mesmas retiraram parte dos restos mortais dos seus entes queridos e levaram para o Cemitério Santana. Mesmo assim a tão sonhada Praça de Hélio fora construída.

O terreno de quatro alqueires para a construção do novo cemitério ficou localizado no setor norte, hoje o Bairro Urias Magalhães. Segundo Hélio, a prefeitura não teria a verba total para a construção, então, pensando em “um bem maior” disponibilizou o dinheiro reservado para a compra de seu carro (esta verba era da prefeitura e o carro seria para uso do prefeito).

O projeto arquitetônico foi atribuído a Américo Vespúcio Pontes que já trabalhara na Secretaria Geral de Obras desde 1936. O arquiteto fez algumas obras na cidade com o estilo *Art Decó*, como o relógio da Avenida Goiás. Mas mudara sua visão projetando casas residenciais modernas. Com isso Hélio de Britto queria que Goiânia se transformasse numa cidade moderna chamando as construções feitas por Pedro como arcaicas. Neste caso, vale lembrar que o “moderno” fez parte dos discursos do interventor durante a construção da Capital.

(...) a mudança profunda que se pretende no momento mesmo do completo esvaziamento de sentido, em que a “cidade arcaica” tem que ceder lugar à “cidade nova”. E tudo se inicia no lugar dos mortos, no grau zero de simbolização, onde tudo tem de ser ressimbolizado (MEDEIROS, 2010. p. 214)

A construção do novo cemitério simboliza a mudança de visão da construção da cidade planejada. No discurso eufórico de Hélio de Britto, orgulhoso por construir o primeiro cemitério parque do Brasil diz:

Nada fica a dever às mais modernas necrópoles de outras terras. (...) Haverá predominância de árvores, grama e flores. Nele não existirão as grandes estruturas de mausoléus, capelas particulares e nem os pomposos e clássicos túmulos. Todas as sepulturas serão compostas de pequena lápide e singela cruz, como que a lembrar a todos a igualdade humana. (BRITTO, 1996, p.244).

Em 1964, o Cemitério Parque de Goiânia foi inaugurado e não fugindo a regra a grande área destinada aos mortos goianienses está em completo abandono.

Cemitério Vale da Paz: Onde os pobres goianienses descansam por três anos

A única informação que contem no site da secretaria que administra este espaço, a SEMAS, resume á:

Inaugurado em agosto de 1997, o Vale da Paz ocupa uma área de 290 mil metros quadrados, às margens da rodovia GO-020. É voltado especialmente para a população carente e, por isso, os terrenos não são comercializados. No local estão sepultados, hoje, mais de 30 mil corpos. O Cemitério Vale da Paz fica localizado na GO 020 KM 08, Saída para Bela Vista.

Para que um ente seja sepultado neste local, é necessário que o enlutado vá a Secretária de Assistência Social, na divisão de sepultamentos e solicite á assistente social, mediante a comprovação documental que este não tem condições financeiras para os tramites necessários para o enterro.

Neste espaço com vocação para cemitério parque, não possui cruzeiro, as instalações são precárias principalmente nos ossários. O concreto está em ruínas sendo possível ver os ossos dentro nos sacos de lixo preto desgastados pelo tempo. Os jazigos são simples, muitas flores artificiais e gramado sintético. O diferencial encontrado neste cemitério está em cima das sepulturas. Muitas delas estão decoradas com objetos dos falecidos. Bonecas, carrinhos, espelhos e batons, ferramentas de jardinagem e mecânica – Usa-se muito as caixas de acrílico para a proteção desses objetos.

A disposição espacial está em quadras e ruas. No ossário com identificação alfanumérica organizadas por blocos. O terreno é retangular e cortado por uma alameda de duas mãos e o ossário no fundo. Há poucas árvores no local com isso o sol é intenso para os visitantes. Na entrada está á administração com os banheiros e bebedouros. Do lado de fora vários ambulantes – vendem água, refrigerantes, flores artificiais, velas e os gramados artificiais encontrados em cima das sepulturas. Tem um vendedor de frutas também.

É vizinho do Cemitério Parque de Goiânia, um dos mais luxuosos da Capital num contraste percebido na organização sócio-econômica do espaço urbano da cidade. Pouco documento existe e não são disponibilizados para pesquisa. Segundo a SEMAS, os mapas e estudos da construção do local estão em arquivos municipais e ainda não foram disponibilizados para consultas por “falta de pessoal” para tal. Afirma para que a

consulta seja feita é preciso um funcionário designado para esse fim. Para pesquisas e expressões culturais nos cemitérios públicos é necessário abertura de processo estipulando o objetivo de tal intervenção e encaminhado á divisão jurídica da secretária. Os tramites para a concessão de pesquisa dura em torno de 15 dias. É proibido tirar fotos sem as devidas documentações.

Segundo o Código de Postura do Município, a concessão do jazigo para um inumado é de três anos com possibilidade de extensão para cinco anos caso um familiar direto solicite. Após esse período é feita a exumação e os ossos vão para o ossário. A localização é confusa. O familiar para rezar numa dessas gavetas deve saber o nome completo do morto, dia de sepultamento e dia da exumação.

No site da SEMAS tem a central de óbitos para a consulta do endereço do jazigo. A busca é feita pelo nome do inumado, nome da mãe, dia de sepultamento e em qual cemitério fora enterrado. Caso a consulta seja para o Vale da Paz e este já esteja no ossário o sistema não encontra o endereço.

APONTAMENTOS FINAIS

Quando se conquista um Estado acostumado a viver em liberdade, e regido por suas próprias leis, há três maneiras de mantê-lo: a primeira consiste em arruiná-lo; a segunda, em ir nele habitar; a terceira, em permitir-lhe continuar vivendo com suas próprias leis, impondo-lhes tributo, e organizando ali um governo composto de poucas pessoas, que possam ser mantidas amigas. Como tal governo, criado pelo soberano, sabe que não poderá existir sem sua amizade e proteção, fará tudo ao seu alcance para mantê-las. Mais ainda: a cidade habituada à liberdade pode ser dominada mais facilmente por meio dos seus cidadãos do que de qualquer outra forma, desde que se queira preservá-la. (Maquiavel, 1513 – 1516, edição de 1997. p. 33).

Contudo, o que se pode falar da cidade moderna é o descaso do poder público. Os lagos e rios que um dia fizera parte de uma paisagem planejada para ser um jardim, agora são depósitos de lixos. O córrego Botafogo com o Capim Puba deveriam ser um *parkway*, agora é um esgoto a céu aberto.

(...) Goiânia, embora tenha sido uma cidade planejada, ou melhor, uma cidade que nasceu de um planejamento, presenciou o abandono desses projetos desde muito cedo, ao que parece, em razão de barganhas políticas e da especulação imobiliária. A antropização do patrimônio natural é uma realidade e, mais do que isto, uma necessidade básica para a sobrevivência do home. Os critérios e a intensidade desta antropização é que devem ser avaliados. (RUBIN, SILVA E ARAÚJO. 2007. p. 44).

A população da cidade está doente, com medo. As políticas de segregação estão cada vez mais evidentes. Os loteamentos populares são construídos longe dos cidadãos civilizados. Os presídios estão lotados - o senso comum diz que as cadeias são universidades, cursos de nível superior, possibilidade de doutorado para a marginalização.

Os doentes são deixados para morrer em macas nos corredores dos hospitais públicos. Há muito, nos índices de desenvolvimento humanos, a população goianiense continua estacionada. Somente o mosquito *Aedes aegypti* tem sua evolução. Em 2017 foram registrados 31 mil casos de doenças provocadas pelo mosquito e 17 mortos notificados. Em 2018 os números já passaram 12 mil.

As políticas de segregação fazem parte da nossa história desde a ocupação dos primeiros habitantes “civilizados”. No século XVI houve o chamado “carretão”. O

Governo da Província de Goiás ordenou aos capitães de milícia para levar para lá (margem do Rio Araguaia) cerca de três mil indígenas que ficaram totalmente abandonados. A justificativa eram os constantes atritos ocorridos entre índios e os ditos “civilizados”. A partir de 1592 até 1772 chegaram os “bravos bandeirantes” no sertão goiano sob o comando de Bartolomeu Bueno da Silva Filho. Entre massacres e escravidão, deu-se início da extinção dos “não civilizados” que eram os verdadeiros proprietários da terra. Com a chegada dos mineradores os atos de extermínio foram concretizados e a divisão de classes sociais foi instituída.

Neste contexto, os mais ricos construíram fazendas com grande extensão territorial. Os desbravadores que chegaram ao sertão goiano exploraram por décadas a região em busca de ouro. Em tempos de escravização legal, a quantidade de escravizados que um senhor possuía era a sua colocação na hierarquia social que tomava formas. Ou seja, quanto maior o número de cativos, mais ricos e dominantes os senhores seriam.

Com o crescimento da população, não demorou muito para a intervenção do governo português impor sua autonomia com a criação de leis que colocavam os mais pobres em seus devidos lugares. Os pequenos exploradores teriam que morar em povoados, distantes das terras das grandes fazendas. As casas eram feitas de pau-a-pique ou adobe, sem nenhum conforto. Essa decisão foi tomada para acabar com os confrontos diários entre os ricos e pobres. “A determinação só considerava exceção os roceiros, os rancheiros dos caminhos e as bandeiras. Quem não obedecesse à norma legal era tido para o Estado como salteador e inimigo do povo.” (Revista Goianidade, 1992. p. 18).

A tal Marcha para o Oeste, no início da década de 30 do século XX, com a justificativa de desenvolvimento urbanos no sertão afunilou as políticas de separação entre civilizados e não civilizados; entre ricos e pobres, entre saudáveis e doentes, entre sãos e loucos. Fomentou o preconceito e a intolerância. Impôs quem morre e quem vive. A ilusão de desenvolvimento e soberania da população goianiense perpassa pelo autoritarismo organizado por um “Estado-Nação” capaz de ditar regras de costumes e consumo apoiados pelas iniciativas privadas (muitos de nossos políticos são empresários, para não dizer a maioria). O discurso neo-liberal da população passou a legitimar suas ações. Ou melhor, seus preconceitos. É “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. (MBEMBE, 2016. p. 125).

Achille Mbembe, filósofo e teórico político da República de Camarões na África. Começou a pensar no conceito de “necropolíticas” que, resumidamente é o oposto da visão de Michel Foucault referente ao “biopoder” ou “biopolítica” no qual o Estado de Direito exerce o poder de escolha da vida em uma sociedade. Para Mbembe o que ocorre é o contrário, O Estado escolhe quem irá morrer para que outros vivam. Com isso a Soberania passa a ser o direito de matar, um poder disciplinar. Esta visão é aplicada aos conceitos de raça. Quem é escolhido para a morte tem cor. Não distante da nossa realidade política dentro de Goiânia como relatado neste ensaio, no entanto com recortes, pois a realidade é muito maior e mais complexa do que visto até o momento.

Desde a construção de Goiânia até os dias atuais, a razão é levada para o projeto de modernidade. Esta mesma razão separou os enfermos, pôs culpa em singelos moradores pelos acidentes causados por falta de manutenção, segurança e cuidado com os espaços urbanos. Mantiveram em cativeiro negros, gays, cegos e surdos ou quaisquer outros que não se enquadram nas normas “civilizadas” da sociedade como loucos. Atribuíram aos pobres aglomerados nos córregos da Capital como os culpados pela má qualidade de vida dos goianienses e a depredação do patrimônio natural da cidade. Esta mesma razão também é levada para baixo da terra na desumanização dos que jazem e na privação da memória dos que ficaram.

Mbembe afirma que “o terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado a várias narrativas de dominação e emancipação, sustentadas majoritariamente por concepções iluministas sobre a verdade e o erro, o “real” e o simbólico.” (MBEMBE, 2016. p. 130).

Por fim, mas não sendo o fim, pois ainda há alma no corpo. Em relação ao pequeno trecho acima citado do livro “O Príncipe” de Maquiavel, qual das três opções são características do nosso Governo?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rogério Bianchi: A mercantilização da morte na sociedade de consumo. Revista Habitats, Goiânia – GO, 2012.

BARBOSA, Ivone Garcia: Colônia Santa Marta: História e memória dos hansenianos. Goiânia – GO, 2016.

BERNARDES, E.S; Batista, GOMES, F.V; K.G.O.; Frison, C.B.; GOUVEIA, L.A.; NETO, R.R.B. ; BARROS, R.G. ; BÁRBARA, V.F. ; RIOS, F.P. ; ALVES, P.L.: Vulnerabilidade e qualidade de água subterrâneas do Cemitério Santana, em Goiânia – GO. 04 a 06 de Setembro de 2017. Disponível em: <http://www.abq.org.br/entequi/2017/trabalhos/50/50-11010-24452.html>

BORGES, Débora Rodrigues: Registros da memória em imagens: usos e funções da fotografia mortuária em contexto familiar na Cidade de Bela Vista de Goiás (1920-1960). Dissertação de Mestrado em Cultura Visual – Universidade Federal de Goiás. Goiânia/GO. 2008.

CASTRO, Elisiana Trilha. Florianópolis: O Patrimônio Cultural Fumerário Catarinense. Fundação Catarinense de Cultura (FCC), 2017.

CHIAVENATO, Júlio José: A morte: Uma abordagem sociocultural. São Paulo. Ed. Moderna, 1998.

CORREIA, Arícia Fernandes Correia. In: Desigualdade até depois da morte: Ensaio sobre segregação socioespacial e direitos cemiterial. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 11, 2016.

CRUZ, F. F. de Souza: Radioatividade e o acidente de Goiânia. Departamento de Física UFSC. Florianópolis SC, 1987.

DAHER, Tânia: O projeto original de Goiânia. Dossiê cidades planejadas na Hinterlândia Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6.

VARGAS, Getúlio, 1942. Apud: Iúri Rincon Godinho, in: A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia. 2006.

GODINHO, Iúri Rincon. A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia, 2013.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha; SILVA, José Luiz Silvério da; BARROS, Guilherme; BORBA, Willian Fernando de; UCKER, Fernando Ernesto; FOLETTO, Cristian Vargas: Caracterização química da água subterrânea em área ocupada por cemitério: uso da técnica de espectrometria de fluorescência de raios-X por energia dispersiva (EDXRF). 2012

KITAZAWA, Hugo Minoru; BORGES, William Antônio; RODRIGUES, Fabio da Silva.: O mercado da morte como construção social. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre – RS. 2016.

LAEGL, Leonardo B., CORRÊA, Rosângela da S., SANTOS, Eliane E. Dos, Ruffo JÚNIOR, Freitas.: Avaliação Radiométrica das Sepulturas das Vítimas do Acidente com o Césio 137 em Goiânia – 25 Anos Após. I Encontro do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste-CRCN-CO. Comissão Nacional de Energia Nuclear – Abadia de Goiás – GO. 2013.

LEMES, Fernando Lobo. Governo Colonial, distância e espera nas minas e Capitania de Goiás. In: Revista Topoi - Instituto Brasil de ciência e tecnologia (FIBRA). Anápolis – GO. 2012

LEMOS, Carolina Teles; JÚNIOR, João Moreira: Morte: um espaço de reesignificação da vida e das relações sociais no meio rural. Goiânia – GO. 2009

LOPES, Germano Henrique Pereira; DIAS, Ângelo de Oliveira: O Canto Coral em Goiânia: Uma trajetória artístico-educacional registrada nas crônicas dos Padres Redentoristas de Campinas (1908 A 1965).

MACIEL, Roseli Tristão Maciel.: As políticas públicas para o controle da hanseníase em Goiânia de 2005 a 2013. Catalão – GO, 2017.

MATHEUS, Leticia Cantarela; BELLEZA, Eliane Tadeu da Silva. : Estudos midiáticos. Revista Fronteiras. Rio de Janeiro, 2016.

MBEMBE, Achille. In: Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. Revista Artes e Ensaios. PPGAV/ eba/UFRJ. n. 34, dezembro de 2016.

MELLO, Márcia Metran de. Goiânia: cidade de pedra e de palavras. Goiânia. Editora da UFG, 2006.

MOTTA, Antônio.: Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2010.

NETTO, Pimenta.: Anais do Batismo cultural: 05 de julho de 1942. Editora Luzes. Goiânia – GO, 1993

PAULA, Éder Mendes de.: Da (in)visibilidade à categorização: O louco infrator em Goiás (1930-2010). Goiânia – GO, 2016.

PAULA, Éder Mendes de.: Hospital Psiquiátrico Profº. Aduino Botelho: Identidade, Política e Exclusão em Goiás (1954-1995). Goiânia – GO, 2016.

PAULA, Thiarlles Elias de - Sanitarismo, saúde e cultura: A construção e a concepção ambiental em Goiânia durante o surgimento da cidade (1933 – 1942). Congresso Internacional de História 27 a 29 de setembro 2016, Jataí.

PESSOA, J. M. Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia: Editora da UCG/Kelps, 2005.

Relatório de Armando de Godoy apresentado á Pedro Ludovico Teixeira em 1933. Aput: Iúri Rincon Godinho, in: A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia. 2006

Revista Césio 25 anos. Governo de Goiás e Secretária de Saúde do Estado de Goiás. 2012. Disponível em: <http://www.saude.go.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/revista-cesio-25-anos.pdf>

RUBIN, Julio Cezar; SILVA, Rosiclér Theodoro da; ARAÚJO, Eric Santos.: Patrimônio natural de Goiânia: Ontem e hoje. In: Formas e Tempos da cidade. Editora UCG, 2007.

RÚSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em Museologia. In: Icofom/ICOM. 1981.

SANTOS, Ronivaldo de Oliveira Rego.: O projeto do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho de Goiânia em uma historia de loucura em Goiás (1930 – 1950). Goiânia – GO, 2018.

SOUSA, Jaqueline Pereira de. Com choro, com vela e uma fita amarela: Uma perspectiva dos objetos da morte: Uma perspectiva dos objetos da morte. Natal – NT, 2014.

SOUZA, Rildo Bento de. “A História não perdoa os fracos”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. (Tese. Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2015.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Memórias. Goiânia – GO. Gráfica Elite. 2013.

UCKER, Fernando Ernesto; SANTOS, Felipe Corrêa Veloso dos; HARAUCHI, Marcelo Tsuyoshi: Qualidade de água subterrânea em cemitério de Goiânia – GO. XXI Simpósio Brasileiro de Recurso Hídricos – 22 a 27 de novembro de 2015, Brasília/DF.

URURAHY, Nilton Rabello. “A construção de Goiânia: Uma abordagem médico-sanitarista através dos discursos, planos e projetos (1930 – 1942)”. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação “Território e Expressões Culturais no Cerrado” da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, 2015.

VARGAS, Getúlio. Cruzada rumo ao Oeste. Discurso proferido em Goiânia. 08 de agosto de 1940. Aput: Iúri Rincon Godinho, in: A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia. 2006

Sites:

<https://www.aredacao.com.br/noticias/70804/procura-por-cremacao-de-animais-aumenta-em-goias>. Acesso em: 15/07/2017

<http://goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/cemiterios-municipais-e-servicos-funerais-sao-temas-de-audiencia-publica>. Acesso em: 25/02/2018

<https://www.youtube.com/watch?v=yPsljOhHIRY>. Acesso em: 25/02/2018

https://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/lei_organica_municipio_goiania.pdf
Acesso em: 28/04/2018

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: 28/04/2018
<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1182&sid=7>. Acesso em: 25/02/2018
<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/hanseniose>. Acesso em: 28/04/2018
http://www.boletimpadrepelagio.org/index.php?option=com_content&view=article&id=287:1-historia-de-campinasgoiania&catid=49 Acesso em: 25/02/2018
<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/anuario.html>. Acesso em: 28/04/2018
<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/dados/dados.shtml>. Acesso em: 28/04/2018
<https://www.youtube.com/watch?v=IhtrSzHPcuc>. Acesso em 04/07/2018
<http://transparencianuclear.blogspot.com/search/label/Goi%C3%A2nia%20%28GO%29%20-%20C%C3%A9sio%20137> Acesso em: 25/02/2018
<http://www.cngo.com.br/>. Acesso em 04/07/2018
<https://www.youtube.com/watch?v=hzCq3OUq4ts> – Acesso em: 10/06/2018
<http://www.cesio137goiania.go.gov.br/centro-de-assistencia-aos-radioacidentados-c-a-ra/>. Acesso em: 25/02/2018
<http://bvsmms.saude.gov.br/>. Acesso em 04/07/2018
<http://www.paxdomini.com.br/entrada/index.php> - Acesso em: 25/02/2018
<http://sefecc.org.br/ola-mundo/>. Acesso em: 25/02/2018
<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/38-no-mundo/1672-empresa-inglesa-produz-disco-de-vinil-com-cinzas-humanas.html>. Acesso em: 10/06/2018
<https://www.diamantepetcrematorio.com/>. Acesso em: 10/06/2018
https://www.youtube.com/watch?v=_NMuutl1IAQ. Acesso em: 10/06/2018
<https://diaonline.com.br/video-on-demand/governo-de-goias-inaugura-complexo-hospitalar-que-vai-substituir-a-antiga-colonia-santa-marta/>. Acesso em: 10/06/2018
<http://g1.globo.com/goias/musica/noticia/2015/06/corpo-do-cantor-sertanejo-cristiano-araujo-e-enterrado-em-goiania.html>. Acesso em: 25/02/2018
<https://thibravo.jusbrasil.com.br/artigos/169156416/direito-funerario-cemiterios>. Acesso em: 10/06/2018.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm. Acesso em: 25/02/2018

Leis e Decretos:

LEI Nº 8908, DE 03 DE MAIO DE 2010.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA 1990

LEI ORGÂNICA N.º 051, de 12 de JULHO de 2012 (DOM Nº 5.395 de 24-07-2012)
Disponível em: www.camaragyn.go.gov.br Goiânia – Goiás julho 2012. Acesso em: 10/06/2018

LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001

DECRETO Nº 725, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 2854, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Constituição da República Federativa do Brasil –1988.